

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2011/2012



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

NORTE DE ÁFRICA: A LÍBIA

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA / DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.

JOSÉ MANUEL LOPES DOS SANTOS CORREIA

CORONEL



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

NORTE DE ÁFRICA: A LÍBIA

José Manuel Lopes dos Santos Correia
Coronel de Infantaria

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2011/12

IESM em Pedrouços, 27 de abril de 2012



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

NORTE DE ÁFRICA: A LÍBIA

José Manuel Lopes dos Santos Correia
Coronel de Infantaria

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2011/12

Orientador: Cor Tir Inf RUI DAVIDE GUERRA PEREIRA

IESM em Pedrouços, 27 de abril de 2012

Agradecimentos

Ao meu orientador, Coronel Tirocinado Guerra Pereira, pela disponibilidade, comentários e sugestões.

Aos distintos entrevistados, Embaixador Rui Lopes Aleixo, Eng. José Ângelo Ferreira Correia, Dr. António Costa e Silva, Major-General Raúl Ferreira da Cunha, Major-General Carlos Martins Branco, Major-General António Faria Menezes, Dra. Carmen Silvestre, Dra. Ana Santos Pinto e Dra. Ana Paula Menezes Cordeiro, que dispuseram do seu tempo para me transmitirem o seu saber.

Aos professores e conferencistas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a execução deste trabalho.

Aos Cor Luís Villa de Brito, Cor José Correia da Silva, CorTir António Rebelo Teixeira, Cor Eugénio Nunes Henriques, Cor Lúcio Barreiro dos Santos, Cor Rui Cruz Silva, TCor Nuno Lemos Pires, TCor José Figueiredo Rocha, TCor António Menezes, TCor António Santos, CTen Rodrigues Pedra, Cap GNR Reinaldo Hermenegildo, Dra. Maria José Estamenha e Dr. José Silva Reis, pelo valioso apoio prestado.

À família, pelos contributos e revisões, mas essencialmente pelo permanente apoio.

Índice

Agradecimentos.....	iii
Índice.....	iv
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Palavras-chave	ix
Keywords	ix
Lista de abreviaturas.....	x
Introdução	1
Introdução ao tema e definição do contexto.....	1
Justificação e importância do estudo	2
Objeto de estudo e sua delimitação	3
Objetivos da investigação.....	4
Metodologia da investigação.....	5
Organização geral do estudo e conteúdo	6
1. Os fundamentos da revolta líbia. Atores determinantes.....	7
a. Contexto e interesses.....	7
(1) O núcleo central da África Mediterrânica.....	7
(2) Fatores internos relevantes.....	9
(3) Interesses presentes na região.....	16
b. Síntese Conclusiva.....	21
2. Cenários Prospetivos para a Líbia.	22
a. Introdução	22
b. Desenvolvimento do Processo	23
(1).Introdução.....	23
(2) Construção dos cenários - metodologia.....	25
(a) 1º Passo: Definição do status quo atual com identificação das forças motrizes e dos indicadores.....	25
(b) 2º Passo: Definição dos parâmetros estatísticos.....	26
(c) 3º Passo: Estabelecer as incertezas críticas.....	29
(d) 4º Passo: Criar os guiões plausíveis.....	31
(e) 5º Passo: Avaliar as implicações.....	34
c. Validação do modelo. Algumas fontes	34

d. Síntese conclusiva.....	36
3. A Líbia, a União Europeia e Portugal.....	37
a. Líbia e Europa.....	37
(1) A Estabilidade frágil na Líbia e a Europa (Cenário 1).....	38
(2) Instabilidade na Líbia e a Europa (Cenário 2).....	39
(3) Estado falhado na Líbia e a Europa (Cenário 3).....	39
(4) Regime democrático na Líbia e a Europa (Cenário 4).....	39
b. Portugal e a Líbia.....	40
(1) Relações bilaterais e multilateralismo.....	40
(2) Dependência energética.....	41
(3) Cooperação na área da Defesa.....	43
(4) Cenários e implicações.....	43
(a) Estabilidade ou democracia.....	43
(b) Instabilidade ou Estado falhado.....	45
c. Síntese conclusiva.....	45
Conclusões	47
Bibliografia	50
Anexo A.....	Anx A - 1
Anexo B.....	Anx B - 1
Apêndice 1	Apd 1 - 1

Índice de Figuras

Figura 1: Representação do núcleo central da África mediterrânica e do Egito. Fonte: (IOM, n.d.).....	4
Figura 2: Índice de democracia (0 = pouco democrático) (CSIS, 2011, p.26).....	7
Figura 3: Estado de direito – Percentil (CSIS, 2011, p.35)	8
Figura 4: Liberdade de imprensa – Índice baixo = maior liberdade de imprensa (Idem, p.30).....	8
Figura 5: Efetividade do governo – percentagem mundial (Idem, p.101).....	8
Figura 6: Índice de corrupção – Índice baixo = corrupção elevada (CSIS, 2011, p.102).....	9
Figura 7: Mapa político da Líbia (NationMaster.com, 2003).....	10
Figura 8: A Líbia (Blanchard, 2011a, p.26).....	10
Figura 9: Infraestruturas de gás e petróleo (IEA, 2011a)	12
Figura 10: Produção de petróleo durante o regime de Khadafi (Economist, 2011a, p.13)..	13

Figura 11: Destinos da exportação do petróleo líbio (EIA, 2011).....	13
Figura 12: Exportação de gás natural líbio (IEA, 2011a)	18
Figura 13: Cone de Plausibilidade (Taylor, 1993).....	24
Figura 14: Cone de Plausibilidade. Cenários prospetivos para a Líbia.	31
Figura 15: Portugal - Origem das Importações Portuguesas de Petróleo Bruto em 2008 (Tonelada) (Leal, 2011b, p.65)	42
Figura 16: Principais origens das importações de petróleo portuguesas (IEA, 2011b, p.6)	42
Figura 17: Etapas e pontos de decisão políticos (Blanchard, 2012b, p.12)	Anx A - 1
Figura 18: Relação entre População urbana-rural nos países MENA (CSIS, 2011, p.93)	Apd 1 - 3
Figura 19: Desemprego jovem (0-25 anos) nos países MENA (CSIS, 2011, p.81) .	Apd 1 - 4
Figura 20: Taxa de mortalidade infantil – Líbia (2000-2011) (Indexmundi, 2011) .	Apd 1 - 4
Figura 21: Distribuição étnica (China.org.cn, 2011)	Apd 1 - 5
Figura 22: Produção de petróleo na Líbia, 2005-2010 e 2011 (IEA, 2012)	Apd 1 - 6

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Principais origens das importações de petróleo para a UE (% das importações extra-UE 27) (Eurostat, 2011, p.544)	17
Tabela 2 – Importações de crude líbio 2007-2010 (IEA, 2011a)	18
Tabela 3 – Ponto de partida político na Líbia.....	26
Tabela 4 – Forças Motrizes e Tendências.....	30
Tabela 5 – Implicações	34
Tabela 6 – Cenários para a Líbia - Grupo I (Artigos).....	35
Tabela 7 – Cenários para a Líbia - Grupo II (Entrevistas/Conferências)	36
Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes (PNUD, 2011, p.134).	Anx A - 1
Tabela 9 – Efectivos militares líbios - 2010 (Blanchard, 2011c, p.23)	Apd 1 - 6

Índice de Anexos

Anexo A.....	Anx A - 1
Anexo B	Anx B - 1

Índice de Apêndices

Apêndice 1	Apd 1 - 1
------------------	-----------

Resumo

Uma das características do atual ambiente internacional é o seu nível de imprevisibilidade e as revoltas árabes são um exemplo recente disso. Apesar da constatação de um crescente clima de insatisfação no Norte de África e das consequentes mudanças, ninguém previu o momento da sua ocorrência. No caso particular da Líbia, os acontecimentos têm implicações para a região, para a Europa e, consequentemente, para Portugal, devido sobretudo à sua grande dependência energética dos recursos líbios. Por esse motivo, a estabilidade da Líbia e na região é fundamental.

No presente trabalho estudam-se os cenários prospetivos para a Líbia e as implicações estratégicas para o Norte de África, para a Europa e para Portugal, da ocorrência desses possíveis cenários.

Para o efeito, utilizámos como metodologia a caracterização do ambiente interno na Líbia, analisando os fatores geopolíticos mais relevantes e as consequências imediatas da guerra de oito meses naquele país. Efetuámos seguidamente o levantamento de cenários, identificando possíveis futuros, plausíveis, utilizando o método do “cone de plausibilidade”, após o que procedemos à identificação das implicações que cada um dos cenários levantados teria nas relações com a Europa e com Portugal e o papel que o nosso país poderá desempenhar, face às oportunidades configuradas pelos possíveis cenários.

Concluimos que o contexto interno e os interesses em presença são diferentes/únicos na Líbia e que os cenários possíveis são (i) o de um Estado frágil, (ii) de instabilidade generalizada, (iii) de fragmentação do país em unidades políticas acompanhada de uma guerra civil e (iv) de implementação de um modelo islâmico democrático. Concluiu-se também que os cenários caracterizados pela instabilidade teriam um impacto imediato forte na União Europeia (UE) face a potenciais dificuldades de abastecimentos em petróleo e gás natural provenientes da Líbia, em especial nos países da Europa mediterrânica, devido à sua grande dependência energética. Por outro lado, verificámos que os cenários mais “permissivos” (estabilidade ou democracia) proporcionariam oportunidades de manutenção, ou até reforço, das relações económicas e de cooperação entre Portugal e a Líbia, concluindo-se que, num quadro de cooperação e desenvolvimento, existem possibilidades de participação para as Forças Armadas e Forças de Segurança portuguesas no âmbito de atividades da segurança e defesa e da Cooperação Técnico-Militar.

Abstract

One of the characteristics of the current international environment is the level of unpredictability and the recent uprisings in Arab countries are an example of that attribute. Despite the existence of a growing mood of dissatisfaction in North Africa no one predicted its occurrence and timing. The events in Libya have implications for the region, to Europe and, consequently, to Portugal, mainly due to its heavy dependence on energy resources of the Libyans. Therefore, the stability of Libya and the region is essential.

This paper develops possible scenarios for Libya and their strategic implications for North Africa, Europe and Portugal.

To this end we used, as a methodology, the characterization of the internal environment in Libya based upon the most relevant geopolitical factors and the immediate consequences of the eight months war in the country. Then, we developed possible plausible future scenarios using the “cone of plausibility” method and studied their implications to Europe and Portugal. Finally, we identified the role and opportunities that Portugal could play in regard to the different scenarios.

We concluded that the internal context and the interests at stake are unique in Libya, and that there are four possible scenarios: fragile state, widespread instability, fragmentation of the country in political units accompanied by a civil war and an Islamic democracy. We also concluded that the “unstable” scenarios would have a strong and immediate impact in the European Union due to the potential difficulties in oil and natural gas supplies from Libya, particularly the southern European countries, due to its large energy dependence. Moreover, we found that more “stable” scenarios would provide opportunities for maintaining, or even enhancing, economic relations and cooperation between Portugal and Libya. In this regard, we concluded that in a framework of cooperation and development, there are opportunities for the Armed Forces and the Security Forces of Portugal to assisting the Libyan military through security and defense activities and technical programs.

Palavras-chave

Cenários
Conflito
Cone de Plausibilidade
Líbia
Primavera Árabe
União Europeia

Keywords

Arab Spring
Conflict
Cone of Plausibility
European Union
Libya
Scenarios

Lista de abreviaturas

ADM	Armas de Destruição Massiva
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMU	<i>Arab Maghreb Union</i>
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AQIM	<i>Al Qaeda in the Islamic Maghreb</i>
AQLIM	<i>Al Qaeda in the Lands of the Islamic Maghreb</i>
b/d	barris/dia
CE	Comissão Europeia
CI	Comunidade Internacional
CNG	Congresso Nacional Geral
CNT	Conselho Nacional de Transição
CPOG	Curso de Promoção a Oficial General
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DDR	<i>Disarmament, demobilization and reintegration</i>
DGPDN	Direção-Geral de Política de Defesa Nacional
DH	Direitos Humanos
EAU	Emirados Árabes Unidos
EMPORDEF	Empresa Portuguesa de Defesa SGPS S.A.
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENP	<i>European Neighborhood Policy</i>
EU	European Union
EUA	Estados Unidos da América
FHSC	<i>Foresight Horizon Scanning Centre, Government Office for Science</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
GM	Guerra Mundial
GNC	<i>General National Congress</i>
GT	Grupo de Trabalho
Hip	Hipótese

ICG	<i>International Contact Group</i>
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IM	Irmandade Muçulmana
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IPCP	<i>Individual Partnership Cooperation Programmes</i>
LIFG	<i>Libyan Islamic Fighting Group</i>
LIMC	<i>Libyan Islamic Movement for Change</i>
MAI	Ministério da Administração Interna
MANPAD	<i>Man-portable air-defense systems</i>
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MENA	<i>Middle East and North África</i>
MENE	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
n.º, N.º	Número
NEP	Norma(s) de Execução Permanente
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEC	<i>Organization of the Petroleum Exporting Countries</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PALOP	Países Amigos de Língua Oficial Portuguesa
PEV	Política Europeia de Vizinhança
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada / Questões Derivadas
RCC	<i>Revolutionary Command Council</i>
RCSNU	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
RU	Reino Unido
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGNU	Secretário-Geral das Nações Unidas
TII	Trabalho de Investigação Individual
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
UA	União Africana

UE	União Europeia
UMA	União do Magrebe Árabe
UNSMIL	<i>United Nations Support Mission in Libya</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

Introdução

Introdução ao tema e definição do contexto

Os acontecimentos no Norte de África em dezembro de 2010 que se estenderam até ao final do ano seguinte, denominados por “primavera Árabe”¹, resultaram de tensões sociais e económicas acumuladas na Tunísia, Argélia, Marrocos e Egito. A observação do crescente clima de insatisfação na região já tinha levado alguns observadores a estimar a ocorrência de mudanças, contudo ninguém conseguira prever quando sucederiam.

Não há ainda certezas quanto ao impacto que os acontecimentos na Tunísia e no Egito tiveram na Líbia. No seu artigo, “*A primavera Árabe no Norte de África. Origens e Perspectivas [sic] de Futuro*”, George Joffé identifica a combinação de quatro fatores que estiveram na origem da revolta: os ressentimentos por parte das tribos do Leste do país quanto à perda de influência política da Cirenaica, as crises internas, a crescente impopularidade do regime e a expectativa de uma nova constituição que nunca passou de um projeto, mas que fez nascer a esperança de algum tipo de liberalização. O repúdio de Khadafi aos acontecimentos na Tunísia e no Egito e alguma fragilidade demonstrada pelo regime na gestão do problema poderão ter contribuído decisivamente para a contestação popular (Joffé, 2011).

A forte repressão à manifestação popular de Benghazi de 15 de fevereiro de 2011 (dia que ficou conhecido como o “*Day of Rage*”), em protesto à detenção de um advogado e ativista dos direitos humanos, gerou uma vaga de indignação internacional que levou a que fossem postos em marcha os mecanismos de atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), da UE e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pondo em curso uma operação - *Unified Protector*² - com vista à proteção da população civil sob ameaça, assim como a imposição de um embargo ao fluxo de armas³ e à manutenção de uma zona de exclusão aérea⁴. Esta operação iniciada em fevereiro de 2011, decorreu num ambiente particularmente difícil de crise financeira mundial, que se refletiu também na Aliança Atlântica.

Na 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que decorreu em Nova

¹ Nome atribuído à onda de revoltas que, de forma independente, têm ocorrido no mundo árabe desde o final de 2010.

² Estabelecida pela RCSNU N.º 1973. Foi precedida de operações por parte dos EUA, França e Reino Unido (RU), até a OTAN assumir o controlo em 24 de março de 2011.

³ Estabelecido após a adoção da RCSNU N.º 1970 (2011) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Esta operação (*Arms embargo*) está ainda em curso com a adoção da RCSNU N.º 2017, cuja implementação é da responsabilidade dos países da região.

⁴ Estabelecida após a adoção da RCSNU N.º 1973 (2011) do CSNU. A RCSNU N.º 2016 elimina a RCSNU N.º 1973, com efeitos a partir das 23h59m de 31 de outubro de 2011.

Iorque de 21 a 27 de setembro de 2011, o Conselho Nacional de Transição (CNT)⁵, que se tinha assumido como líder dos rebeldes, foi reconhecido como legítimo representante do povo e do Estado líbio na ONU⁶ (AGNU, 2011).

A OTAN anunciou o fim das operações militares em 31 de outubro de 2011, na sequência da captura e morte do Coronel Khadafi em Sirte, por forças do CNT.

Com o derrube de Khadafi, o líder do Governo de Transição, Abdurrahim Abdulhafiz El-Keib, declarou após quatro décadas de ditadura, (Sheridan, 2011) em 24 de outubro a “libertação” oficial, prometendo um país mais democrático e dando relevo ao papel da lei Islâmica na futura Líbia. O governo provisório colocou em marcha o processo de realização de eleições para o Congresso Nacional Geral (CNG)⁷, a criação de um governo eleito e a aprovação de uma nova constituição.

O processo de transição de regime na Líbia será afetado pelas dinâmicas internas, associadas à luta pelo poder e ao papel do CNT, mas também por influências externas. Os desenvolvimentos terão, necessariamente, implicações estratégicas que importa avaliar, em particular as consequências para Portugal. Para se entenderem essas implicações, torna-se necessário investigar as condicionantes internas e externas relevantes, de um país inserido numa região permanentemente marcada por problemas que são fonte de instabilidade e insegurança.

Justificação e importância do estudo

Estes acontecimentos - intervenção da OTAN no conflito e mudança de regime – acarretam consequências cujas implicações estratégicas, para a região, para a Europa e, em especial para Portugal, é importante conhecer à luz dos diversos cenários ou futuros possíveis para a Líbia.

O Mediterrâneo tem permanecido como área de interesse estratégico e, no caso particular da Líbia, devido às suas reservas petrolíferas e de gás natural. A este respeito, sublinha-se a dependência da economia líbia das exportações de hidrocarbonetos e, por outro lado a crescente dependência da Europa destes recursos, especialmente dos países do Sul deste continente.

No caso português, a Líbia está entre os principais fornecedores de crude (Leal, 2011a). Os desenvolvimentos em curso interessarão seguramente a Portugal, pelo que importa estudar o posicionamento do nosso país relativamente à futura Líbia, mais

⁵ *National Transitional Council* (NTC), constituído em 05 de março de 2011, em Benghazi.

⁶ Em 16 de setembro de 2011, o CSNU aprova a RCSNU N.º 2009 (2011) e estabelece a *United Nations Support Mission in Libya* (UNSMIL). Neste documento, é também reconhecido o papel do CNT.

⁷ *General National Congress* (GNC). Tradução do autor.

concretamente, avaliando a forma como os desafios e oportunidades do novo contexto poderão ser aproveitados por nós.

Portugal tem mantido, relativamente à Líbia, uma posição de total cooperação e apoio ao processo de transição. Importará perceber se, o facto de Portugal ter estado entre os primeiros países a reconhecer o movimento que combateu o regime de Khadafi e de ter desempenhado um importante papel na presidência do Comité de Sanções da ONU, o apoio à operação *Unified Protector* e à inclusão da Líbia na Parceria “Diálogo do Mediterrâneo”⁸ terão influência nas relações entre os dois países e de que forma esta se irá materializar.

Assim, tratando-se de um país que se insere numa área regional de interesse estratégico para Portugal, é importante saber como poderão ser usados alguns dos instrumentos diplomáticos na consecução dos objetivos da nossa política externa para a região.

Objeto de estudo e sua delimitação

O estudo tem por objeto a identificação dos cenários e analisar as implicações estratégicas na transição de regime na Líbia e as consequências dessa transição para a Europa e para Portugal.

A grande abrangência do tema, conjugada com a indispensabilidade de delimitação do trabalho, impõe a necessidade de se caracterizar o espaço geopolítico do Norte de África e posteriormente o da Líbia, através da análise das razões da insurreição, dos fatores condicionantes da situação do conflito e do pós-conflito. Esse estudo será orientado para a análise das históricas diferenças tribais, étnicas e regionais, e para as relações no contexto regional e internacional, com particular ênfase no Sul da Europa – incluindo Portugal – e no mundo árabe, procurando entender as causas e definir constantes e tendências.

Posteriormente, proceder-se-á à análise do verdadeiro poder do CNT, estudando a sua composição, a existência de condições para que se constitua como legítimo representante do povo líbio, agora que transitam de revoltosos para a liderança do país, perspetivando a real capacidade para o exercício do poder.

Iremos proceder seguidamente a uma análise das consequências do conflito na perspetiva das relações com a Argélia e a Tunísia, que em conjunto formam o “*núcleo central*” da África mediterrânica (Almeida, 1994, p.116) e com o Egito, conforme

⁸ Este tópico deverá ser incluído na agenda da próxima cimeira da Aliança, em maio de 2012, em Chicago.

representado na Figura seguinte:

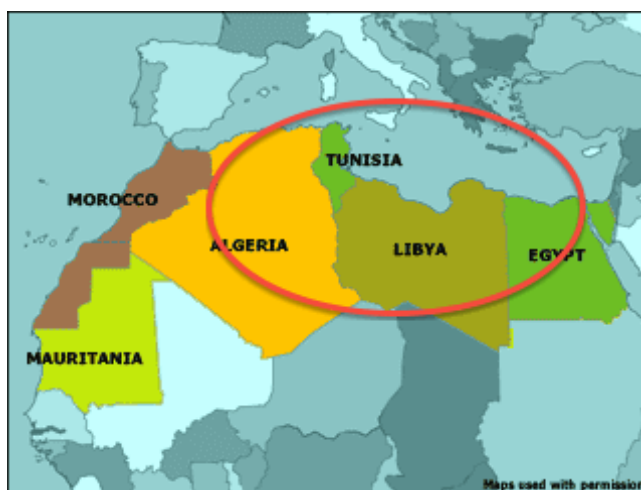


Figura 1: Representação do núcleo central da África mediterrânica e do Egito. Fonte: (IOM, n.d.)

Conscientes das dificuldades inerentes ao estabelecimento de panoramas internos para a era pós-Khadafi, procuraremos efetuar um exercício prospetivo de futuros possíveis a partir da construção de cenários, com base nos contextos interno e externo. Sublinhamos o facto destas projeções serem normalmente efetuadas por grupos interdisciplinares⁹ que levantam, analisam e reveem exaustivamente os diversos indicadores e o seu carácter subjetivo. Como refere António S. Ribeiro, todos “*os métodos conhecidos para a construção de cenários, possuem uma forte carga de subjetividade, dado que, apesar de assentarem na apreciação da situação internacional e na apreciação da situação nacional, dependem muito de quem os desenvolve*” (Ribeiro, 2010, p.64). Naturalmente, assumimos que a análise apresentada no presente trabalho será subjetiva, não obstante tenhamos recorrido sempre que possível à análise estatística e a observações e conclusões dessa análise.

Acresce referir que, embora exista alguma bibliografia sobre a Líbia respeitante ao levantamento de cenários para a Líbia pós-Khadafi, o carácter dinâmico e imprevisível da situação dificultam este exercício, pelo que estabelecemos o dia 23 de abril de 2012 como data limite para a inclusão de acontecimentos na Líbia.

Objetivos da investigação

O objetivo geral da análise e da investigação a efetuar incide nos cenários e nas implicações estratégicas da transição de regime na Líbia, assim como nas consequências dos mesmos para Portugal.

⁹ Recorrem a uma análise de variáveis, tecnologias, instrumentos de medida e de previsão em tempo-real, que ultrapassam os recursos de que foi possível dispor para o presente estudo.

Os objetivos específicos da pesquisa, que operacionalizam o objetivo geral, consistem na caracterização do espaço geopolítico do Norte de África e depois da Líbia, através da análise das razões, dos fatores condicionantes da situação do conflito e do pós-conflito, na análise do verdadeiro poder do CNT e dos cenários internos na Líbia, descrevendo e caracterizando os possíveis panoramas internos para a era pós-Khadafi, na identificação do quadro estratégico resultante do conflito e as implicações ao nível dos desafios e das oportunidades para Portugal, face aos cenários internos possíveis.

Metodologia da investigação

O trabalho foi elaborado à luz da metodologia padrão de abordagem científica constante da NEP n.º DE 218. Foi também utilizada a ferramenta de referênciação *Harvard – Anglia* incorporada no *Microsoft Word 2008 for Mac*.

Após o estabelecimento dos objetivos da investigação do trabalho, foi estabelecida a seguinte Questão Central (QC):

Quais os cenários prospetivos para a Líbia e as suas implicações estratégicas para a Europa e para Portugal?

Para melhor aclarar a **QC**, foram estabelecidas as seguintes Questões Derivadas (QD):

- QD1:** Quais os fatores geopolíticos que poderão condicionar a evolução do contexto pós-conflito na Líbia?
- QD2:** Que cenários prospetivos internos deverão ser considerados na era pós-Khadafi e qual o papel dos agentes religiosos e étnicos na construção do regime a instituir?
- QD3:** Que implicações poderão ocorrer ao nível estratégico com o fim do regime de Khadafi, na perspetiva das relações com a Europa?
- QD4:** Que papel poderá Portugal desempenhar face às oportunidades configuradas com o desenvolvimento dos cenários possíveis?

Por forma a proporcionar as respostas às questões derivadas e, por sua vez, a resposta à pergunta de partida, foram levantadas as seguintes hipóteses (Hip):

- Hip1:** O contexto histórico, geográfico, humano, social e económico, assim como a influência de fatores externos são determinantes para a matriz da futura Líbia.
- Hip2:** A implementação de um modelo islâmico democrático, a fragmentação do país em unidades políticas e a ocorrência de uma guerra civil, estão entre os possíveis cenários para a era pós-Khadafi.

Hip3: A configuração de uma situação de instabilidade na Líbia pós-Khadafi poderá produzir implicações na segurança energética europeia. A UE é um ator central no processo de reforma do país.

Hip4: Num quadro de cooperação e desenvolvimento, existem possibilidades de participação para as Forças Armadas portuguesas, que se instituem como contributo para os interesses nacionais.

Consideramos que, tal como referimos em *O conflito na Líbia – Cenários prospetivos* (Correia et al., 2012), a aplicação do método científico para a parte do trabalho correspondente ao levantamento de cenários apresenta limitações. Assim, considerou-se que para a generalidade da pesquisa, a utilização do método hipotético-dedutivo seria o mais conveniente, uma vez que os conhecimentos disponíveis sobre o assunto são insuficientes para a sua explicação. No entanto, para procurar proceder ao levantamento dos cenários prospetivos para a Líbia, considerámos que a formulação da Hip2 referente à QD2 poderia ocorrer, mas com recurso ao método indutivo (Idem, pp.3-4).

Organização geral do estudo e conteúdo

Os elementos recolhidos facilitaram a preparação das QD e a formulação das respetivas Hip, após o que se desenhou uma construção inicial do estudo, articulado da seguinte forma:

- Caracterização do espaço geopolítico da Líbia.
- Cenários internos na era pós-Khadafi.
- As relações com a Europa e o papel das organizações regionais e internacionais na futura Líbia.
- Os desafios e as oportunidades para Portugal.

Após a construção do modelo de análise, procedeu-se à sua verificação através da fase de observação e de análise das informações, com vista à construção das conclusões.

1. Os fundamentos da revolta líbia. Atores determinantes

A série de revoltas no Norte de África¹⁰ – Tunísia, Egito, Argélia, Líbia e Marrocos – e que ficaram associadas ao termo “primavera Árabe”¹¹ (Ghitis, 2011), mobilizaram as respetivas populações contra regimes autoritários em busca de justiça social, de dignidade e de democracia. Os acontecimentos nestes países tiveram rumos diferentes. No caso da Líbia, o que pareceu ter começado como simples protestos não violentos, semelhantes aos ocorridos na Tunísia e no Egito, transformou-se na fragmentação de um Estado (Anderson, 2011). Para explicar o caso líbio não basta a constatação do facto de a Líbia não ter um historial de alianças políticas ou de associações económicas. Teremos que ir mais fundo na nossa análise. Segundo Lisa Anderson, presidente da *American University* no Cairo, terá contribuído o facto de Muammar Khadafi, ter mantido o país em “revolução permanente”, com grande parte da população na pobreza, dividida em vários clãs e tribos (Idem).

a. Contexto e interesses

(1) O núcleo central da África Mediterrânica

Existem aspetos comuns aos países deste núcleo, varridos pela primavera Árabe e que ajudam a compreender as vulnerabilidades que os caracterizam, assim como aos restantes países do *Middle East and North Africa* (MENA)¹²:

- Só os hidrocarbonetos têm peso nas suas economias (Argélia e Líbia);
- Baixo índice democrático (Figura 2):

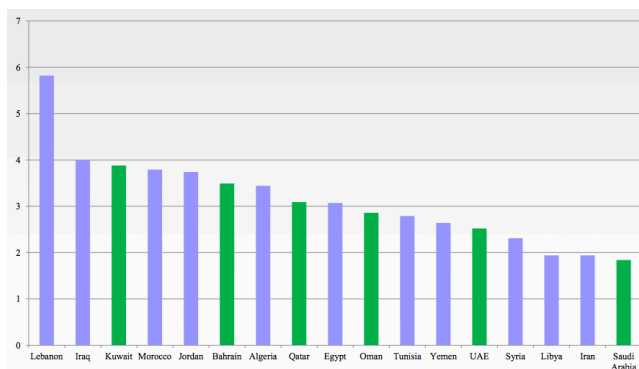


Figura 2: Índice de democracia (0 = pouco democrático) (CSIS, 2011, p.26)

¹⁰ Também conhecida como África setentrional ou África branca.

¹¹ A primeira referência a uma “primavera Árabe” remonta a 2003, no início da guerra no Iraque. Num artigo do *New York Times* intitulado “*Dreaming of Democracy*”, George Packard escreveu sobre a possibilidade de a guerra liderada pelos EUA poder “ventilar a região com uma primavera Árabe”. Nos anos que se seguiram, muitos analistas, mas especialmente os conservadores, usaram o termo relativamente ao potencial para a mudança democrática no Oriente Médio. O termo foi retomado em janeiro de 2011 num editorial do *Christian Science Monitor*, após a saída de Zine el Abidine Ben da Tunísia, onde se perguntava se uma “primavera Árabe ou inverno Árabe” estavam a caminho.

¹² Norte de África e do Médio Oriente. Tradução do autor.

- Baixo percentil de “Estado de direito” (Figura 3):

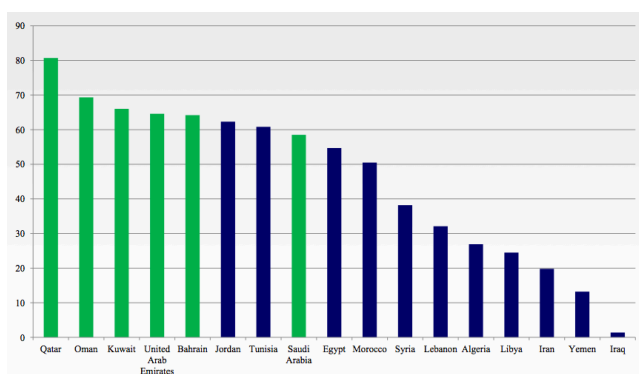


Figura 3: Estado de direito – Percentil (CSIS, 2011, p.35)

- Pouca liberdade de imprensa (Figura 4):

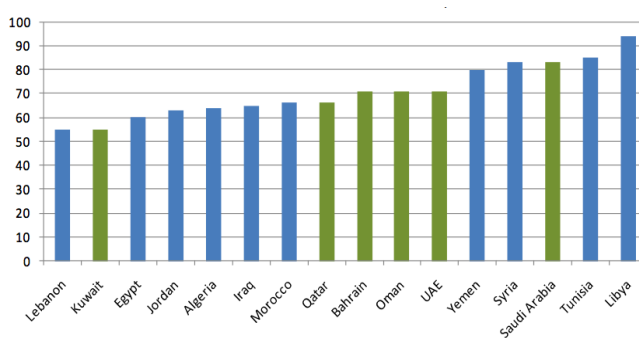


Figura 4: Liberdade de imprensa – Índice baixo = maior liberdade de imprensa (Idem, p.30)

- Baixa efetividade do governo (Figura 5):

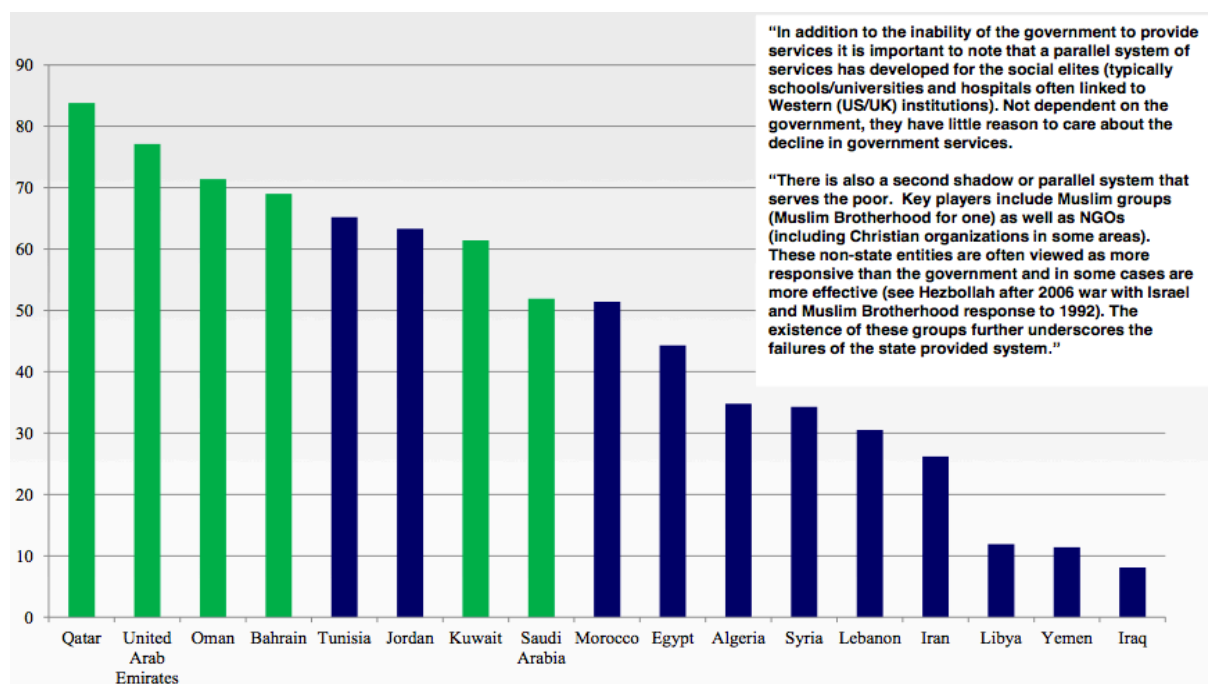


Figura 5: Efetividade do governo – percentagem mundial (Idem, p.101)

- Elevado índice de corrupção (Figura 6):

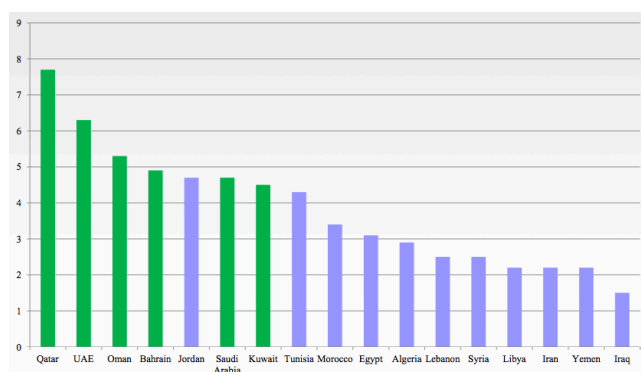


Figura 6: Índice de corrupção – Índice baixo = corrupção elevada (CSIS, 2011, p.102)

Na região, a maior ameaça é a insurreição Islâmica, facto que tem levado muitos países a conter ou controlar os movimentos da oposição religiosa. Marrocos, por exemplo, que tem tido uma postura mais flexível ao longo dos anos, tem-se confrontado com dificuldades na contenção da disseminação de frentes militantes do Islão (IHS, 2011), ao contrário da Tunísia e da Líbia. Segundo o Dr. Costa Silva, a primavera Árabe terá derrotado politicamente a Al-Qaeda no respeitante ao “*uso do terror para provocar mudanças políticas*” (Silva, 2011).

(2) Fatores internos relevantes

As razões da revolta terão que ser entendidas através da análise dos fatores geopolíticos mais relevantes. Para o efeito, sublinhamos os aspetos mais significativos (o seu desenvolvimento encontra-se no Apêndice 1):

A separação histórica entre as três principais regiões¹³ (Figuras 7 e 8) deve-se à geografia do país. Estas evoluíram como entidades socioeconómicas distintas, com diferentes valores, culturas e estruturas sociais (GlobalSecurity, 2000). As sucessivas influências externas na Cirenaica, em Tripolitana e em Fezzan contribuíram para essa diferenciação. Tripolitana e Fezzan têm hoje mais afinidades com o Magrebe que a Cirenaica, que é social e culturalmente mais “próxima” do Egito e do Maxerreque.

¹³ Tripolitana (NO) com 16%, Fezzan (SO) com 33% e Cirenaica (E) com 51% do território.



Figura 7: Mapa político da Líbia (NationMaster.com, 2003)



Figura 8: A Líbia (Blanchard, 2011a, p.26)

A Líbia é um país misto, simultaneamente marítimo e continental (Nogueira, 2012, pp.226-27), com alguma predominância para a continentalidade tendo em conta a extensão das fronteiras terrestres¹⁴. É o 4º maior país de África (Factbook, 2012a) com uma área¹⁵ equivalente ao triplo da França. Apenas 8,8% (Worldstat, 2011) do seu território é cultivável e somente nos poucos enclaves férteis ao longo da costa mediterrânica. Entre as produtivas zonas de planície na costa, encontra-se o Golfo de Sidra, no qual uma zona de cerca de 500 km de deserto constitui uma zona de barreira conhecida por *Sirtica*, que atua como separador natural entre a Tripolitana e a Cirenaica. É também aqui que se materializa a separação entre o Magrebe e o Maxerreque (Metz, 1987).

A sociedade Líbia é essencialmente tribal e estas relações sempre foram determinantes (Khadafi realizava mudanças periódicas e purgas do corpo de oficiais para limitar a probabilidade de oposição organizada, o que acabou por afetar a capacidade militar de combate). A população líbia é de cerca de 6,6 milhões¹⁶ (Factbook, 2012a) e tem a maior taxa de crescimento demográfico (2%) entre os países da costa mediterrânica do Norte de África (44º lugar do ranking mundial), existindo hoje uma elevada percentagem da líbios com idade inferior aos 18 anos e uma crescente procura de emprego por parte da população jovem. A taxa de alfabetização na Líbia é a mais elevada entre os países do núcleo central da África mediterrânica e Egito (88,9% dos adultos com idade superior a 15 anos) (PNUD, 2011, p.165).

À semelhança da restante oposição, a Irmandade Muçulmana (IM)¹⁷ foi proibida na Líbia¹⁸ e passou a funcionar como uma organização clandestina. Em 2012, a IM formalizou a criação de um partido político, o *Justice and Construction Party*, que é visto como uma força política emergente, sendo o seu peso na sociedade Líbia já uma realidade. Os apelos à entrega das armas, a defesa de um sistema multipartidário com separação de poderes e meios de comunicação livres e a apologia de um estado civil com uma referência islâmica¹⁹ têm aumentado a popularidade do partido (Blanchard, 2012b). De acordo com Melodee Baines, o regime na nova Líbia “*difícilmente terá uma divisão clara entre Estado e religião*” (Baines, 2012, p.5) e pode não ser baseado num pluralismo democrático à semelhança dos modelos ocidentais.

¹⁴ 4348 km. A fronteira marítima é de 1770 km.

¹⁵ 1.759.540 km²

¹⁶ Cerca de 1,1 milhões em Trípoli. Inclui cerca de 166.000 não-nacionais (2011).

¹⁷ Movimento fundamentalista egípcio que tem por objetivo a difusão do Islão e a eliminação da influência ocidental. Foi criado em 1928 por Hassan al-Banna, com a finalidade de unir todos os muçulmanos. O seu braço armado foi extinto, mas a IM manteve a sua influência no mundo islâmico.

¹⁸ Em 1972.

¹⁹ Tradução do autor.

A economia líbia depende essencialmente das receitas geradas pelo setor petrolífero (Figura 9), que contribui com cerca de 95% para o total das exportações e para 25% do Produto Interno Bruto (PIB). A Líbia ocupava, em 01 de janeiro de 2011, o 9º lugar no *ranking* respeitante a reservas de petróleo (Factbook, 2012b), sendo o 1º país de África, o que representa aproximadamente 3,4% das reservas mundiais de crude²⁰.



Figura 9: Infraestruturas de gás e petróleo (IEA, 2011a)

Em 2010, a produção de petróleo (Figura 10) era de cerca de 1,6 milhões de barris por dia (Mb/d) – o 12º exportador mundial - que tinha por destino principal a Europa, devido à sua elevada qualidade (Figura 11), sendo a China o maior importador asiático de crude líbio (11%). Apesar da riqueza do país, um terço da população vive no limiar da pobreza, apresentando também uma das maiores taxas de desemprego do mundo (30%) (Idem, 2012).

²⁰ Os analistas referem que o país está ainda subexplorado.

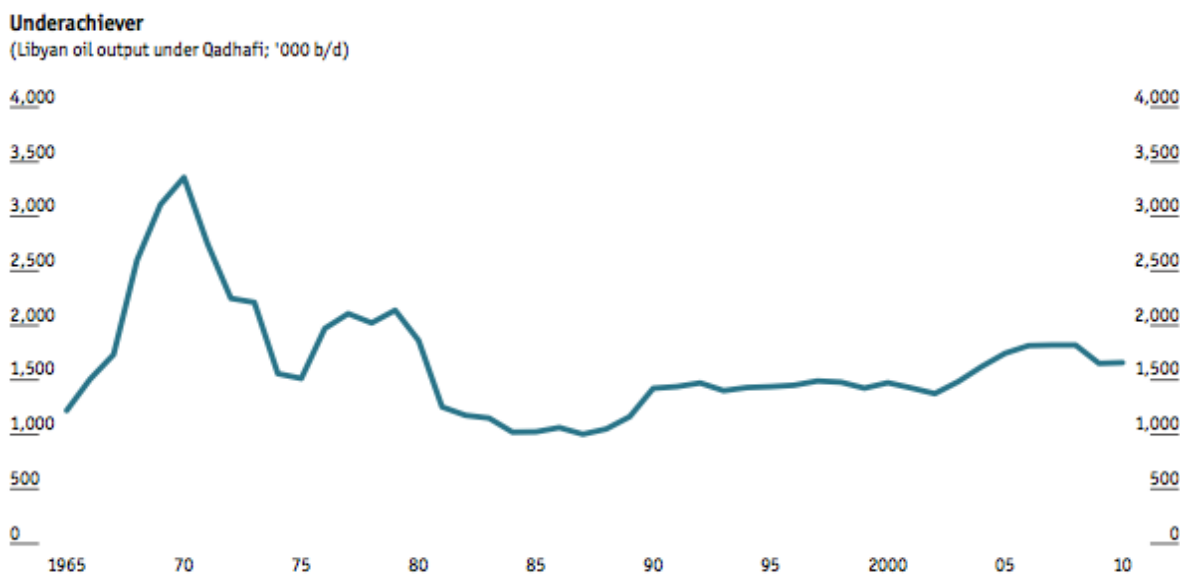


Figura 10: Produção de petróleo durante o regime de Khadafi (Economist, 2011a, p.13)

Libyan oil exports by destination, January 2010 - November 2010

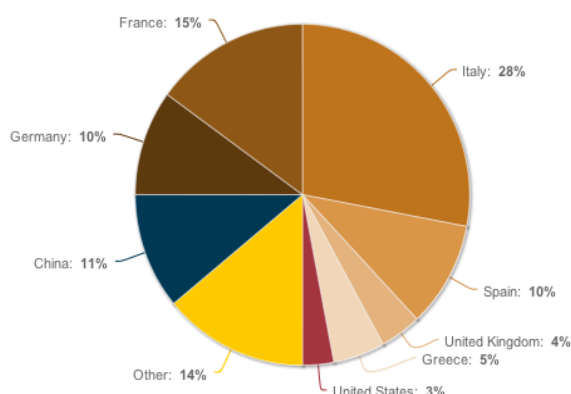


Figura 11: Destinos da exportação do petróleo líbio (EIA, 2011)

O ambiente interno na Líbia caracteriza-se por uma longa experiência de um regime repressivo, elitismo e favoritismo tribal, diferenças regionais, concentração da riqueza, pressão demográfica de uma juventude desempregada, corrupção elevada, baixa liberdade de imprensa, restrições à liberdade de expressão, autocracia, mas por outro lado tem um elevado índice de desenvolvimento, mortalidade infantil reduzida e uma elevada taxa de literacia.

O CNT é um “produto” da rebelião no “*Emirato da Cirenaica*”²¹ (Ribeiro, 2012) e da falta de organização das forças rebeldes que emergiram do “*Day of Rage*” e assumiu-se como líder dos revoltosos, procurando ser reconhecido como legítimo representante do

²¹ O *Emirato da Cirenaica* surge quando Sayyid Idris proclamou unilateralmente a Cirenaica como um Emirado Senussi independente, em 01 de março de 1949, com o apoio do Reino Unido (RU).

povo líbio (sublinham-se no Anexo A os marcos mais relevantes ocorridos desde a sua fundação).

O calendário do processo de transição está em execução, mas existem sérios desafios ao governo provisório formado pelo CNT, que dizem respeito à estabilidade e segurança, às reformas e reconciliação e à retoma económica (a agenda do CNT para a transição encontra-se no Anexo B).

Estabilidade e segurança

- O governo de transição do CNT não dispõe de capacidade para imposição da força, face às divisões tribais e regionais, às milícias e aos civis armados (o conflito deu origem a uma série de conselhos locais e de milícias que competem entre si e com o CNT, reclamando autoridade) detendo apenas controlo efetivo sobre o litoral do país. As milícias controlam diversas infraestruturas críticas dispersas pelo território e ocorrem confrontos armados entre milícias rivais. A sua desmobilização, desarmamento e reintegração é fundamental para a estabilidade política e de segurança, em especial durante o período pré-eleitoral de junho de 2012 e a restante fase de transição.
- O estado de insegurança afeta negativamente a confiança dos líbios e a destes no CNT. Esta situação produz um aumento do receio de entrega voluntária das armas e retarda o processo de desarmamento, sendo um obstáculo à tentativa de contenção da proliferação de armas, incluindo os *Man-portable air-defense systems* (MANPAD), que são uma preocupação para os países vizinhos e Comunidade Internacional (CI)²².
- As rivalidades tribais são um fator de destabilização, não por questões ideológicas (como é o caso da Tunísia), mas pela disputa sobre o controlo das rotas do tráfico de droga, tabaco, armas e seres humanos (IHS, 2011).
- A gestão, por parte do governo transitório²³ (de “gestão”, sem um claro mandato democrático) do lapso de tempo entre a revolução e os “resultados”, é determinante, pois a “*população exige mudanças e resultados rápidos*” (Blanchard, 2012b) e aguarda a tomada de medidas urgentes.

²² A RCSNU N.º 2017 aborda especificamente essa ameaça.

²³ Desde que se assumiu como líder da revolta em 05 de março de 2011, o CNT foi imediatamente acusado de não ser um conselho verdadeiramente representativo de toda a Líbia.

- A ultrapassagem da falta de experiência política é um desafio, pois no passado os partidos políticos e todos os grupos de oposição eram proibidos²⁴.
- A gestão das iniciativas separatistas, como é o caso da Cirenaica²⁵ onde têm origens profundas. Não é de excluir a existência de interferências externas nestas ambições.
- O controlo de fronteiras com vista ao combate ao fluxo de emigrantes, ao tráfico de armamento, de pessoas e drogas, é “*vital para a estabilidade do país*” (Aleixo, 2012) e para as relações com a UE.

Reformas e reconciliação

- A reestruturação das Forças Armadas e das Forças de Segurança é crucial. O CNT tem progredido lentamente a este respeito (Rodrigues, 2011).
- A inexistência de instituições cívicas e o tempo necessário à implementação de mudanças nas instituições políticas e económicas são um desafio à reconstrução do Estado. Até à data, não decorreram reestruturações dos serviços, tendo sido apenas substituídos os cargos dirigentes, por estarem ligados ao regime de Khadafi. A inclusão de jovens e de maior participação feminina no processo de transição é uma novidade e um desafio.
- O sistema judicial recebeu o apoio da ONU e da UE para estabelecimento de um sistema provisório até à conclusão da transição da política.
- A reconciliação é um desafio significativo. O governo iniciou um processo de combate às perseguições - segundo Christopher M. Blanchard, a *United Nations Support Mission in Libya* (UNSMIL) estima que cerca de “65.000 a 80.000 pessoas associadas ao regime anterior permanecem deslocadas internamente, devido ao medo de represálias nas suas áreas de origem”²⁶ (Blanchard, 2012b, p.14) -, aos casos de tortura, às detenções e punições sem julgamento prévio, que são reportados pela ONU e por ativistas dos direitos humanos. No entanto, o mesmo governo continua a contar com grupos de milícias para a proteção de pontos importantes e para a custódia de antigos combatentes pró-Khadafi, que segundo Christopher M. Blanchard, serão 5.000 a 6.000 (Idem).

²⁴ Lei n.º 71 de 1972. O pluralismo político formal era desaprovado por muitos membros da elite governante, ainda que um número crescente de figuras do regime defendesse uma maior participação popular nas instituições governamentais.

²⁵ A 06 de março de 2012, o Congresso do Povo da Cirenaica anunciou uma semiautonomia.

²⁶ Tradução do autor.

- Existem expectativas externas quanto ao modelo de democracia e influência religiosa na Constituição; segundo Blanchard, a partir da queda do regime de Khadafi, tem decorrido um debate público sobre o papel do Islão na vida pública, com vozes contra e a favor da aplicação rígida da *sharia* (Blanchard, 2012b).
- O cumprimento da agenda, ou calendário, para a transição é determinante para a estabilidade do país, pois estabelece reformas políticas estruturantes.
- A criação de estruturas políticas é urgente para a consolidação do Estado e requer apoio externo.

Retoma económica

- A produção de petróleo foi afetada durante o conflito, mas foi retomada a níveis próximos dos existentes na fase pré-conflito.
- A atração do investimento estrangeiro é importante, mas a incapacidade de tomada de decisão quanto a compromissos por parte do governo de gestão, impede a formalização de contratos. O governo interino tem evitado a tomada de decisões que ultrapassem a gestão corrente do Estado.
- O descongelamento dos fundos da Líbia é uma questão fundamental. Apesar de o Regime de Sanções ter vindo a ser progressivamente “aligeirado”, o descongelamento de fundos é lento, disponibilizando pouca liquidez. Isto coloca dificuldades ao funcionamento do Estado, pois dificulta o pagamento de salários e atrasa a revitalização da economia líbia. O Comité de Sanções tem atuado essencialmente sobre entidades subsidiárias das que estavam associadas ao regime de Khadafi.
- O desenvolvimento do setor privado e a criação de emprego são vitais para a retoma da economia e estabilidade social da Líbia.

(3) Interesses presentes na região

A reaproximação dos **Estados Unidos da América (EUA)** à Líbia teve início após os ataques de 11 de setembro de 2001, quando o regime líbio aproveitou a oportunidade da sua oposição comum ao Islão político e aos movimentos jihadistas. Os EUA continuaram a associar Khadafi à proliferação de armas e não tanto ao terrorismo.

A revogação de parte do embargo económico em abril de 2004 abriu possibilidades a novos investimentos na Líbia pelas companhias de petróleo e gás dos EUA e a partir de maio de 2006 as relações foram normalizadas quando os EUA retiraram a Líbia da lista de países acusados de patrocinarem o terrorismo internacional e foram restabelecidas relações

diplomáticas entre os dois países, que foram posteriormente suspensas com o envolvimento dos EUA na operação *Unified Protector*.

Com a intervenção na Líbia, os EUA consolidaram a sua liderança mundial e reafirmaram a importância do seu instrumento militar na OTAN, sem o qual a operação militar não teria sido possível. Com o seu envolvimento na Líbia, demonstraram solidariedade no apoio à Europa e reafirmaram também o seu peso na região.

A instabilidade no Norte de África reforçou a “importância do Eixo Atlântico como vetor essencial para a segurança energética da Europa” (Silva, 2011).

Quanto à **Europa**, a entrega dos dois suspeitos dos atentados aos voos da 103 Pan Am e 772 UTA permitindo o seu julgamento, mudou o relacionamento entre a UE e a Líbia (que chegou a ser “convidada” a participar no Processo de Barcelona, mas a sua posição face ao diferendo Israel - Autoridade Palestiniana foi um obstáculo à sua adesão).

As recentes revoltas no Egito, Tunísia e Líbia demonstraram que a instabilidade política na região tem um forte impacto na Europa mediterrânica em duas áreas: fluxo de refugiados do Norte de África e a crescente dependência do crude líbio (Tabela 1). Grande parte dos países europeus²⁷ dependem fortemente do crude líbio (Tabela 2). Durante o conflito, a produção de crude sofreu um abrandamento significativo²⁸ e o fornecimento de gás (Figura 12) foi afetado devido ao encerramento²⁹ do *pipeline* Greenstream³⁰ (entre a Líbia e a Itália) (CE, 2011, p.14).

Tabela 1 – Principais origens das importações de petróleo para a UE (% das importações extra-UE 27) (Eurostat, 2011, p.544)

	Crude oil								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Russia	18.7	22.7	26.1	28.1	30.0	29.9	30.4	30.4	29.0
Norway	19.3	17.9	17.4	17.5	17.3	15.5	14.3	13.8	14.0
Libya	7.6	7.3	6.6	7.6	7.9	8.1	8.5	9.1	9.3
Saudi Arabia	10.8	9.5	9.0	10.1	10.2	9.7	8.2	6.6	6.3
Iran	5.9	5.2	4.4	5.7	5.7	5.6	5.8	5.6	5.0
Kazakhstan	1.6	1.5	2.3	2.6	3.5	4.2	4.3	4.4	4.6
Nigeria	3.7	4.3	3.1	3.8	2.4	3.0	3.2	2.5	3.7
Iraq	5.2	3.4	2.7	1.4	2.0	2.0	2.7	3.1	3.1
Azerbaijan	0.6	0.8	0.9	0.9	0.8	1.1	1.9	2.6	2.7
Others	26.6	27.4	27.5	22.3	20.1	21.0	20.7	22.0	22.2

²⁷ A Líbia e a Argélia representam a principal fonte de energia para Itália e Espanha. Estes estão ligados diretamente ao Norte de África por *pipelines* de gás.

²⁸ Cerca de 1Mb/d. A Itália suspendeu as importações em abril de 2011.

²⁹ Reabriu em outubro de 2011.

³⁰ Principal *pipeline*. Representa cerca de 10% das importações italianas.

Tabela 2 – Importações de crude líbio 2007-2010 (IEA, 2011a)

Crude Oil (including condensate and NGLs) imported from Libya (kb/d)					
	2007	2008	2009	2010	% of total crude imports (2010)
OECD Total	1,376	1,396	1,137	1,205	5.1%
Australia	-	-	1	11	2.3%
Austria	35	17	23	31	21.2%
France	105	141	131	205	15.7%
Germany	220	210	167	144	7.7%
Greece	49	63	47	63	14.6%
Ireland	3	9	10	14	23.3%
Italy	538	504	423	376	22.0%
Netherlands	43	40	27	31	2.3%
Portugal	36	29	19	27	11.1%
Spain	99	120	102	136	12.1%
Switzerland	52	72	28	17	18.7%
United Kingdom	51	81	71	95	8.5%
United States	122	105	78	51	0.5%



Figura 12: Exportação de gás natural líbio (IEA, 2011a)

Por seu lado, os países do Norte de África dependem da Europa para o comércio (a Líbia importa quase a totalidade dos seus bens da Europa). As revoltas também demonstraram que a UE deveria ter uma aproximação diferente na sua Política Europeia de Vizinhança (PEV)³¹ (UE, 2011a). O relacionamento recente entre UE – Líbia encontra-se desenvolvido no Capítulo 3.

³¹ *European Neighbourhood Policy* (ENP)

A Alemanha absteve-se na votação da RCSNU 1973, alinhando a sua posição com a Rússia e a China, mas reconheceu o CNT como legítimo representante do governo líbio em Junho de 2011.

A França e a Líbia mantiveram boas relações após a suspensão das sanções da ONU em 2001, com interesses nos recursos energéticos e na área da defesa, entre outros. O sucesso da França na libertação do pessoal de ação médica implicado na questão do VIH/sida foi muito controverso, devido aos negócios formalizados na área da defesa³².

O RU tem interesses significativos em recursos energéticos. A petrolífera BP assinou um acordo de mil milhões de dólares para perfuração de poços *onshore e offshore*, que ficou efetivo após a libertação, por razões humanitárias em agosto de 2009, de Abdel Baset al-Megrahi, condenado pelo atentado de Lockerbie. Nesse ano, a BP anunciou que planeava investir 20 mil milhões de dólares em produção de petróleo da Líbia nos 20 anos seguintes.

A Itália é o principal importador da UE, com cerca de 40 % do crude líbio. A petrolífera ENI tem ativos em diversos campos de petróleo e no gasoduto *Greenstream*, responsável pelo abastecimento de cerca de 15% das importações em gás natural. Após o levantamento das sanções, Itália e Líbia celebraram importantes negócios no setor da defesa. Apesar desta forte relação económica, as relações políticas foram sempre complexas devido ao passado de potência colonial entre 1911 e 1943 (a Líbia exigia compensações pelo período colonial e, em contrapartida, Trípoli comprometia-se a controlar a emigração clandestina).

A **União Africana** (UA) foi hesitante e lenta a reagir aos eventos na Líbia. Contrariamente aos processos de decisão na ONU e na OTAN, a UA parecia incapaz de tomar uma posição coerente. Inicialmente, rejeitou “*qualquer intervenção militar, qualquer que fosse a sua forma*” (Alberts, 2011), mas depois, os três membros africanos do CSNU (Gabão, Nigéria e África do Sul) votaram a favor da RCSNU 1973. Posteriormente, rejeitou o CNT como legítimo representante da Líbia, vindo a reconhecer a sua legitimidade só no arranque da 66ª AGNU em setembro de 2011.

A **Rússia** tem interesses na Líbia, designadamente em contratos no setor da defesa³³ e no setor petrolífero (Ribeiro, 2012). A Gazprom manifestou o “*interesse na*

³² Foi também conhecido que a Líbia tinha assinado contratos com a *European Aeronautic Defence and Space Company* (EADS), da qual 15 % é detida pelo estado francês, para fornecer à Líbia mísseis anticarro Milan e um sistema de comunicações Tetra.

³³ Compra de armamento no valor de 2 mil milhões de USD e a promessa de facilidades navais em Benghazi para a marinha russa no Mediterrâneo.

compra de todos os volumes de hidrocarbonetos disponíveis na Líbia” (Lesova, 2008). O acordo entre a Gazprom e a empresa italiana ENI respeitante ao campo de petróleo “Elephant” foi concluído em setembro de 2011 (Moloney, 2011). Apesar da abstenção da Rússia quanto à votação da RCSNU N.º 1973, viabilizando a intervenção da CI, Putin comparou a intervenção na Líbia a uma “*cruzada*” (BBC, 2011).

A **China** tem importantes interesses económicos na Líbia, nas áreas da construção (Economist, 2011b) e telecomunicações e importa cerca de 13% do crude líbio, que representam 2% do total das importações petrolíferas chinesas (IBT, 2011). Os interesses aumentaram com a perda de influência resultante da secessão do Sul do Sudão. Tinha planeado investir na Líbia para a transformar no seu principal abastecedor de petróleo em África (Ribeiro, 2012). A China procura agora oportunidades na região e abastecedores para as suas crescentes necessidades de energia e concentrou a sua atenção primariamente no Golfo, mas começou também a exercer os seus esforços na Líbia e na Argélia. Quando o conflito teve início, havia cerca de 30.000 chineses no país.

A diáspora turca é bastante significativa na Líbia e a **Turquia** tem investimentos significativos no país. A Turquia e a Jordânia ofereceram-se para treinar a polícia da Líbia no Centro Internacional de Treino de Polícia jordano.

O **Qatar** foi o primeiro país árabe a reconhecer o CNT, apoiou a operação da OTAN, teve um envolvimento substancial³⁴ na revolução líbia e mantém ações de assistência ao país (facto que é visto por alguns setores, como ingerência nos assuntos internos). Após o fim do conflito em outubro, o Qatar admitiu que tinha colocado tropas na Líbia em apoio às forças da oposição (Blanchard, 2011a). Grande parte da sua ajuda para a revolta líbia foi orientada por Ali al-Sallabi³⁵. A sua ação na gestão do apoio aos rebeldes foi vista como um favorecimento às milícias afiliadas (Sam Dagher, 2011). O Qatar vê-se como um modelo de combinação entre os ideais Islâmicos e a modernidade e como contraponto à vizinha Arábia Saudita (Ribeiro, 2012).

O *International Contact Group* (ICG)³⁶ para a Líbia, aceitou o CNT como representante legítimo do governo líbio, saudou o seu papel na liderança do processo de transição e manifestou apoio aos esforços de alargamento da sua base popular para inclusão de todos os líbios (Institute, 2012).

³⁴ Armamento, equipamento, tropas e apoio financeiro (este incluiu um projeto de apoio à *Libya TV*, criada para combater a máquina de propaganda pró-Khaddafi).

³⁵ Líbio, com laços à IM. Chegou a liderar um “programa de radicalização” para militantes líbios presos e exilados no estrangeiro.

³⁶ Criado na Conferência de Londres para a Líbia, em 29 março de 2011 para a cooperação internacional no acompanhamento do conflito.

b. Síntese Conclusiva

O caso líbio é único e distinto dos restantes países do núcleo central da África Mediterrânica. A separação histórica entre as três principais regiões deve-se à geografia do país, que as fez evoluir como entidades com valores, culturas e estruturas sociais distintos.

A revolta contra a autocracia de Khadafi teve como causas internas as carências socioeconómicas, a corrupção generalizada e a falta de liberdade política. A frustração existente foi agravada pela elevada percentagem da população jovem e a também crescente procura de emprego. Os fatores externos contribuíram também para o derrube do regime: as ligações ao terrorismo, as sanções internacionais e o isolamento da Líbia na cena internacional, que fragilizaram progressivamente o regime de Khadafi.

A natureza tribal e religiosa da Líbia sempre foi determinante nas relações sociais. As lealdades tribais são fortes em todos os setores da sociedade, incluindo nas Forças Armadas. Este está entre os vários desafios que se colocam à nova liderança quanto ao futuro da Líbia e que dizem essencialmente respeito à forma como serão abordados os problemas de segurança, as necessidades básicas da população jovem, a crescente influência dos movimentos islâmicos e a melhor maneira de incluir as pessoas nas decisões políticas, ultrapassando as diferenças tribais e eliminando as disputas entre os líderes das milícias e dos grupos de combatentes.

O peso crescente da IM e de outros partidos de cariz Islâmico na sociedade líbia é uma realidade incontornável, sendo prova disso a crescente popularidade do partido *Justice and Construction Party*. Este facto é visto como mais um passo na aproximação “Estado - religião”.

No respeitante à atuação das potências europeias e regionais, constatámos a existência de uma grande dependência energética da UE dos recursos da Líbia, em especial dos países do Sul do continente europeu, assim como uma forte influência externa, em especial de potências europeias e regionais.

Face ao exposto, considera-se validada a Hip1, no sentido de que o contexto histórico, geográfico, humano, social e económico, assim como a influência de fatores externos, são determinantes para a matriz da futura Líbia. A validação da Hip1 permite encontrar resposta à QD1.

2. Cenários Prospetivos para a Líbia.

a. Introdução

Efetuada o diagnóstico dos ambientes interno e externo da Líbia, estamos em condições de proceder ao exercício de projeção de futuros possíveis para o país.

Sublinha-se que, apesar de existirem referências a uma possível queda dos regimes no Norte de África (Guedes, 2007, p.125), não identificámos processos ou técnicas de levantamento de cenários que tivessem antecipado o momento em que ocorreram os eventos que levaram à revolta e à queda de Khadafi³⁷. Nem o facto de existirem interesses estrangeiros no país serviu como barómetro que permitisse antecipar a revolta. Apesar deste “insucesso” na antecipação das revoltas árabes, o planeamento de cenários continua a ser o método que conduz a resultados mais substanciais, ao interpretar tendências e processos para a elaboração de estratégias, conferindo mais fiabilidade que a simples interpretação de dados. Na realidade, *“o êxito da planificação por cenários ficou a dever-se, mais à possibilidade que introduziu de construir “modelos possíveis do futuro”, do que à previsão específica de qual dos modelos seria o “modelo certo”* (MEPAT, 1997, p.9). Um outro aspeto que é importante relevar, é o de que a projeção de futuros possíveis é difícil ou *“ineficiente”* em ambientes sob pressão e sujeitos a rápidas mudanças (Ribeiro, 2010). No caso da Líbia, constatamos a existência de uma forte pressão interna resultante da dinâmica dos acontecimentos, que pode impor variações nos indicadores que constituem a base da análise.

Difícilmente, algum analista terá considerado o apoio da CI e da OTAN nem a escala em que este apoio se verificou. Isso dever-se-á ao facto de se terem subestimado elementos que hoje permitem a sua explicação e já referidos em 1., respeitantes ao contexto interno e subavaliado a capacidade de mobilização da CI para intervir na Líbia por razões humanitárias e outros aspetos do contexto externo. Sem a intervenção da Aliança, ninguém poderá dizer o que seria hoje a Líbia, mas podemos afirmar com grande segurança que o derrube de Khadafi não teria acontecido em outubro de 2011 e que, muito provavelmente, estaríamos perante mais um conflito civil sem fim à vista. Observa-se também que os recursos naturais existentes geram interesses em atores externos que levam normalmente a uma interferência nos assuntos internos para seu benefício económico e político, podendo até influenciar o desenvolvimento dos conflitos internos. No caso da Líbia, a interferência externa é considerada relativamente baixa (segundo o Índice de

³⁷ Não identificámos qualquer documento ou publicação que o tivesse efetuado com sucesso.

Estados Falhados para 2011³⁸, a Líbia tem um índice de 4,4 e surge logo depois da Hungria e da Grécia, ambos com 4,3) (FfP, 2011). No estudo de cenários a efetuar, para além dos interesses estrangeiros, considera-se necessária a inclusão de outros atores externos, nomeadamente a OTAN, a UE e a ONU.

b. Desenvolvimento do Processo

(1) Introdução

Para a generalidade dos teóricos do Planeamento de Cenários, estes, “*são histórias ou narrativas num quadro futuro*” (FHSC, 2009, p.5), que exploram a forma como uma empresa, país, região ou mundo, podem mudar se certas tendências se confirmarem, reforçarem ou diminuírem.

Existem diversas metodologias para o planeamento de cenários. Para o presente estudo, adotámos como referência para o desenvolvimento do nosso modelo, o relatório *Scenario Planning* do *Foresight Horizon Scanning Centre, Government Office for Science*, do RU (FHSC, 2009), que sugere três métodos possíveis. Segundo este relatório, não existem “fórmulas” para espaços temporais nos cenários. Os métodos tradicionais tendem a olhar para um futuro de 10 a 15 anos, mas se a análise estiver assente em forças motrizes³⁹ e tendências bem definidas (por exemplo, ligadas a situações políticas nacionais), o espaço temporal pode ser reduzido para 3 a 5 anos, ou ainda menos.

O método que usámos para o desenvolvimento de cenários é o “Cone de Plausibilidade”. Trata-se de um conceito desenvolvido por Charles W. Taylor, do *Army War College* (EUA)⁴⁰ e consiste num processo teórico que pode ser usado de forma holística para projetar tendências, eventos e as suas consequências no futuro e para gerar cenários alternativos. Este método engloba projeções teóricas de quatro cenários de planeamento, cada uma com um tema dominante ou força motriz. Cada um destes temas, ou força motriz, tem domínio sobre uma visão ou cenário do futuro e as tendências, dentro de cada força motriz, são afetadas pelas interações entre si. Os cenários que ficam fora do cone designam-se por imprevisíveis (*wildcard*) e indicam, por exemplo, depressões graves, catástrofes naturais e grandes guerras. O processo desenvolve-se dentro deste cone. O modelo teórico de Taylor é apresentado na Figura seguinte:

³⁸ *The Failed States Index 2011*. Tradução do autor. O Índice de Estados Falhados estabelece um *ranking* dos países mede as pressões que podem levar um estado a uma situação de falência tendo indicadores de ordem social, económica, política e militar. O período de recolha de dados é de janeiro a dezembro do ano anterior.

³⁹ São forças que moldam o evento atual num determinado âmbito (assunto). São eventos gerais que se devem manter num espaço temporal.

⁴⁰ O método de Taylor foi desenvolvido no estudo: *Alternative World Scenarios for a New Order of Nations*.

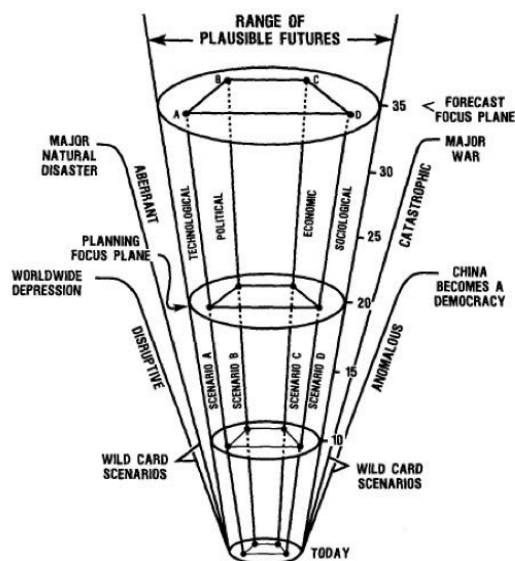


Figura 13- Cone de Plausibilidade (Taylor, 1993).

Este processo consiste num exercício mental de lógica que está graficamente expresso como um cone. É mais estreito no momento atual (hoje). O cone amplia os futuros que são conhecíveis, tornando-se cada vez mais obscuros. À medida que o tempo passa e o cone se expande, menos se sabe, não há dados e surge um número indeterminado de futuros. Os cenários dentro do cone são considerados plausíveis se estiverem alinhados com uma progressão lógica das tendências, dos acontecimentos e suas consequências, a partir do momento atual e até um tempo pré-determinado no futuro (Taylor, 1993). Os cenários devem ser plausíveis, internamente consistentes e baseados em análises rigorosas (FHSC, 2009, p.11).

Conforme refere o estudo *Scenario Planning* (FHSC, 2009, p.14), consideramos que o método “cone de plausibilidade” proporciona uma aproximação ajustada ao nosso estudo, devido à forma como cada força motriz conduz aos resultados, sendo adequado para horizontes de tempo de curto prazo (e.g. de poucos meses a 2-3 anos). Consideraremos quatro forças motrizes, assumindo que, entre as possíveis, aquelas que selecionamos são as que determinam a evolução das tendências, a partir da combinação e integração dessas mesmas forças motrizes. O modelo a seguir relatado tem como ponto de partida os estudos apresentados em *O conflito na Líbia – Cenários prospectivos* (Correia et al., 2012, pp.3-4).

À semelhança de outras metodologias, o emprego do método do cone de plausibilidade pressupõe a adoção de um procedimento, cujas etapas (passos) adaptámos

dos modelos referidos em *Futuring and Force Development* (Rostek et al., n.d.) e de António S. Ribeiro (Ribeiro, 2010), conforme indicado:

(2) Construção dos cenários - metodologia

(a) 1º Passo: Definição do status quo atual com identificação das forças motrizes e dos indicadores

As forças motrizes são os elementos que atuam sobre os acontecimentos e que determinam os futuros possíveis. Aquelas (forças motrizes), caracterizam-se por uma forte interdependência entre si e pela existência de uma relação permanente. A combinação “forças motrizes-tempo” produz tendências e a análise mental das diferentes tendências proporcionará a construção de futuros cenários plausíveis para a Líbia. Os indicadores ajudam a detalhar as forças motrizes e podem ser apresentados “*segundo as perspectivas otimista [sic], intermédia e pessimista. Em consequência, é possível identificar acontecimentos diferentes.*” (Ribeiro, 2010, p.65). Tendo como referência os indicadores Índice de Estados Falhados para 2011 do *Fund for Peace* (FfP, 2011), identificámos que face aos principais desafios do governo provisório, as forças motrizes determinantes na Líbia, que vão influenciar e moldar os eventos nos cenários, ou seja, os possíveis futuros na Líbia, são de natureza Política, Militar, Económica e Social. Assim, optámos por analisar as forças motrizes através dos seguintes indicadores⁴¹:

Política: legitimidade do Estado; serviços públicos; direitos humanos; influência externa.

Militar: sistema de segurança; elites faccionadas.

Económica: desenvolvimento económico desigual; declínio económico.

Social: pressões demográficas; refugiados; rivalidades/vinganças; perda de capital humano.

A agenda política do CNT para a transição (Anexo B) constitui-se como referência à construção do nosso modelo de cenários e assume-se como pressuposto de ordem temporal para a realização deste calendário político. Consideramos que o sucesso da implementação da agenda política para a transição, que detalhamos no Anexo B, irá determinar o futuro da Líbia, por ser um marco determinante para a reconstrução do Estado, pois é o momento da implementação dos sistemas e estruturas institucionais. O ponto de partida para a análise é a atual situação frágil na Líbia e pode ser sumariamente

⁴¹ Referencial: Lista do Índice de Estados Falhados 2011. Análise referida a 2010 e adaptada pelo autor.

caracterizado a partir dos seguintes indicadores (são estas as forças motrizes que nos permitem levantar os cenários) (FfP, 2011):

Tabela 3 - Ponto de partida político na Líbia

Política
legitimidade do Estado: relativamente elevada, mas transitória; sem experiência democrática;
serviços públicos: descontentamento da população; inferior à média; agravados pela guerra;
direitos humanos: problema significativo; agravado pela guerra;
influência externa: relativamente baixa com Khadafi; elevada a partir da revolta;
Militar
sistema de segurança: afetado pela herança e dispersão de grupos/milícias ativas; tentativa recente de implementar uma cadeia de comando;
elites facionadas: elites historicamente afastadas do cidadão comum; há mais igualdade nesta fase de transição;
Económica
desenvolvimento económico desnivelado: índice elevado, com situações de desigualdade, apesar da distribuição das receitas do petróleo; abertura de mercado;
declínio económico e pobreza: o IDH é elevado, comparativamente ao ocidente; PIB per capita duplicou a partir de 2004, sendo o mais elevado dos países do núcleo central da África Mediterrânica;
Social
pressões demográficas: mortalidade infantil baixa (no contexto regional) e em decréscimo; proporção da população urbana superior à rural; número significativo de pessoas deslocadas; problemas intertribais;
refugiados: problema agravado pelo conflito;
rivalidades/vinganças: elevado, tanto no regime de Khadafi, como na transição; perseguições a antigos apoiantes de Khadafi;
perda de capital humano: poucos elementos disponíveis;

(b) 2º Passo: Definição dos parâmetros estatísticos

A definição destes parâmetros é efetuada com base em práticas/experiências passadas. Suportámos a análise do nosso modelo, com as observações, estatísticas e conclusões constantes no relatório *State Failure Task Force Report* (Esty et al., 1998)⁴², respeitante às transições de autocracias para democracias ou democracias parciais nos Estados. Esta análise teve por base uma análise de 39 transições (29 duradouras e 10 não duradouras) para democracias, entre 1955 e 1991.

Extraímos deste relatório as observações e conclusões relevantes para o presente estudo.

Questões fundamentais:

- Quais as condições sociais, económicas e políticas que diferenciam os países que fazem transições democráticas duradouras?
 - Progressiva diminuição anual da mortalidade infantil;
 - Baixa mortalidade infantil;
 - Maior abertura de mercado;
 - Maior proporção de população em áreas urbanizadas;

⁴² O estudo refere-se a transições entre três tipos de regime: democracia, democracia parcial e autocracia.

- Maior experiência em democracia.
- Que condições caracterizam os países onde os regimes democráticos falham?
 - Países com novas democracias (maior parte falha nos primeiros 5 anos);
 - Mortalidade infantil.

Observações e estatísticas:

- Gerais
 - Muitas transições para a democracia não perduram.
 - As transições democráticas do pós-guerra fria tendem a durar mais que as anteriores a 1986.
 - As regiões do mundo diferem substancialmente quanto ao sucesso para transições democráticas (apenas 40% das 10 transições em África tiveram sucesso).
 - As democracias parciais duram menos que as autocracias ou democracias.
- Transições democráticas, estáveis e instáveis

Entre 45 transições estáveis e 20 instáveis, concluiu-se que as transições mais estáveis para a democracia têm como característica comum:

 - Maior abertura de mercado.
 - Agricultura desenvolvida (indicadores: maior consumo de fertilizantes e baixa força laboral na agricultura).
 - Maior proporção de população urbana.
 - Maior qualidade de vida (indicador determinante: baixa mortalidade infantil).
 - Situação política mais democrática (indicadores: liberdades civis e direitos políticos).
- Outras conclusões:
 - O envolvimento no mercado internacional, medido pela abertura de mercado, está associado a um menor risco de falha de um Estado; estas conclusões sugerem que políticas ou medidas (incluindo fatores internos como a dependência de contratos, corrupção baixa ou moderada, infraestruturas melhoradas e esforços bilaterais ou multilaterais para eliminação de obstáculos ao comércio) que ajudem

a fomentar níveis mais elevados de comércio internacional, podem ajudar a prevenir crises políticas; aparenta ser o comércio internacional em si e não a prosperidade, a chave deste efeito.

- Democracias parciais (particularmente em países com baixos rendimentos, onde a qualidade de vida é baixa) têm elevados riscos de falência. Se por um lado, as democracias e autocracias são relativamente estáveis, as formas intermédias de governo têm alto risco de passarem por mudanças violentas ou abruptas.
 - O aumento do PIB *per capita* reduz o risco de falência comparativamente com países estagnados ou em declínio. A posse de bens materiais produz um efeito de redução do risco de falência de um Estado. Maior urbanização também reduz esse risco.
 - O stress ambiental afeta a qualidade de vida e aumenta o risco de falência do Estado.
 - As novas democracias, especialmente em países onde a qualidade de vida é baixa, têm maior probabilidade de falhar.
 - O apoio internacional tem influência e reduz o risco de falência de um Estado. Políticas bilaterais e multilaterais podem prevenir a falência ou minimizar a severidade de algumas falências de Estados; Exemplo: acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Esty et al., 1998, p.31).
- Estatísticas relativas a países muçulmanos⁴³ (Goldstone et al., 2000):
- Democracias e democracias parciais não falham mais em países muçulmanos que em outras regiões. Em países muçulmanos, têm cinco vezes mais de probabilidade de falhar que as autocracias (o estudo é anterior à Primavera Árabe).
 - A presença de grupos Islâmicos sectários está fortemente associada à falência de Estados em países muçulmanos.
 - Distinções entre países Árabes e não Árabes, países da *Organization of the Petroleum Exporting Countries* (OPEC) e não OPEC, produtores e não produtores de petróleo, não estão relacionadas com o risco de falência dos Estados.

⁴³ Entre 1955 e 1998. Foram analisadas 55 situações de falência do estado.

- Outras variáveis:

- Mortalidade infantil⁴⁴: está fortemente relacionada com desempenho económico, educação, bem-estar social, qualidade do ambiente, instituições democráticas. Países muçulmanos com elevada taxa, têm maior probabilidade de ter problemas que os outros.
- Abertura do mercado: tem algum efeito, mas menor que em países de outras regiões.
- Participação em Organizações Regionais: os países com participações inferiores à média, têm 70% de maior probabilidade de falir.
- Conflitos em países vizinhos: países com dois ou mais países vizinhos em situação de conflito, têm mais 40% de probabilidade de falir.
- Diversidade religiosa: países com uma religião dominante e uma comunidade significativa como minoria, têm mais probabilidade de passar por um conflito.

- Tribalismo e democracia

A natureza tribal e religiosa da sociedade árabe é diferente da matriz ocidental e a separação entre religião e Estado pode não ser possível. Em democracia, todos os cidadãos são iguais, mas numa sociedade tribal, o parentesco domina. *“Cada instituição, por exemplo, o exército, a polícia, o sistema de justiça, na região é influenciada por valores tribais porque a própria sociedade é tribal”*⁴⁵ (Razzak, 2011, p.9).

(c) 3º Passo: Estabelecer as incertezas críticas

Estas incertezas críticas resultam das alterações que as pressões ambientais exercem nos indicadores, afetando os acontecimentos. O raciocínio encontra-se detalhado na seguinte tabela:

⁴⁴ Crianças com idade inferior a um ano. Uma medida indireta sobre a qualidade de vida.

⁴⁵ Tradução do autor.

Tabela 4 – Forças Motrizes e Tendências

Força Motriz	Tendência-Base	Tendência Alternativa I	Tendência Alternativa II	Tendência Alternativa III
Política	Governo detém autoridade <ul style="list-style-type: none"> - relativa estabilidade - sentimento nacional frágil na Cirenaica - descontentamento com serviços públicos - pouco respeito pelos DH - influência externa crescente, a nível de acordos bilaterais e multilaterais - apoio externo para formação da polícia - corrupção elevada - eleições monitorizadas, mas contestadas por alguns partidos - agenda do CNT cumprida - maioria política de natureza Islâmica - sistema legal misto (com sharia) - relativa confiança no governo eleito - Constituição referendada - Reconciliação política lenta, mas em curso 	Governo com autoridade relativa <ul style="list-style-type: none"> - relativa instabilidade - fragmentação do país apoiada por elites na Cirenaica - descontentamento com serviços públicos - pouco respeito pelos DH - influência externa reduzida - apoio externo para formação da polícia - corrupção elevada - eleições para a CNG (2012) monitorizadas, mas contestadas por alguns partidos; eleições nacionais (2013) adiadas - agenda do CNT com interrupções, sofre um atraso - maioria política de natureza Islâmica - sistema legal misto (com sharia) - falta de confiança no governo eleito - Constituição referendada - reconciliação interrompida - extremismo religioso 	Governo sem autoridade <ul style="list-style-type: none"> - instabilidade - Cirenaica reclama independência - descontentamento com serviços públicos - pouco respeito pelos DH - influência externa reduzida, exceto para proteção dos seus ativos na indústria de petróleo - corrupção elevada - eleições nacionais de 2013 canceladas - agenda do CNT interrompida - maioria política de natureza Islâmica - ineficácia do governo eleito - extremismo religioso 	Reconciliação nacional <ul style="list-style-type: none"> - relativa estabilidade - sentimento nacional frágil na Cirenaica - descontentamento com serviços públicos - respeito pelos DH - influência externa crescente, a nível de acordos bilaterais e multilaterais - apoio externo para formação da polícia - baixo índice de corrupção - eleições monitorizadas, bem sucedidas - agenda do CNT cumprida - maioria política de natureza Islâmica - sistema legal misto (com sharia) - confiança no governo eleito - Constituição referendada - Reconciliação política lenta, mas em curso
Militar	Bases do futuro exército em curso <ul style="list-style-type: none"> - progressivo aumento do controle sobre milícias - insegurança em diversas partes do país - cadeia de comando implementada - forças armadas obedecem ao governo - programas de <i>Disarmament, demobilization and reintegration</i> (DDR)⁴⁶ em curso - elevada proliferação de armamento 	Milícias rivalizam entre si <ul style="list-style-type: none"> - incapacidade de exercer controle sobre milícias - insegurança em diversas partes do país - programas DDR em dificuldade - elevada proliferação de armamento - atividade insurgente 	Retorno à guerra civil <ul style="list-style-type: none"> - incapacidade de exercer controle sobre milícias - insegurança generalizada - programas DDR cancelados - elevada proliferação de armamento - atividade insurgente 	Integração progressiva das diversas estruturas de comando <ul style="list-style-type: none"> - progressivo aumento do controle sobre milícias - segurança generalizada no país - cadeia de comando reconhecida - forças armadas obedecem ao governo - programas DDR em curso - elevada proliferação de armamento

⁴⁶ Desarmamento, desmobilização e reintegração. Atividades com vista à estabilização inicial pós-conflito.

(continuação)

Força Motriz	Tendência-Base	Tendência Alternativa I	Tendência Alternativa II	Tendência Alternativa III
Economia	Estabilidade económica <ul style="list-style-type: none"> - retoma na produção de petróleo - confiança na economia - retoma do PIB - desemprego diminui – Estado empregador - incremento do investimento estrangeiro - justiça económica 	Economia estagnada <ul style="list-style-type: none"> - ligeira retoma na produção de petróleo - pouca confiança na economia - PIB em perda - desemprego aumenta - investimento estrangeiro interrompido - riqueza concentrada 	Instabilidade económica <ul style="list-style-type: none"> - quebra na produção de petróleo - pouca confiança na economia - PIB em declínio - desemprego aumenta - investimento estrangeiro em queda - riqueza concentrada 	Estabilidade económica <ul style="list-style-type: none"> - retoma na produção de petróleo - confiança na economia - retoma do PIB - desemprego diminui – Estado empregador - incremento do investimento estrangeiro - justiça económica
Social	Estabilidade social relativa <ul style="list-style-type: none"> - mortalidade infantil decresce - o número de pessoas deslocadas é elevado - existe um programa de reconciliação, mas as vinganças sobre antigos apoiantes de Khadafi prosseguem - problemas intertribais - não há perda significativa de capital humano 	Problemas sociais <ul style="list-style-type: none"> - mortalidade infantil aumenta - número de pessoas deslocadas aumenta - programa de reconciliação interrompido e prosseguem as vinganças sobre antigos apoiantes de Khadafi - persistem problemas intertribais - perda de capital humano 	Limitação às liberdades individuais <ul style="list-style-type: none"> - detenções sem julgamento prévio - programa de reconciliação interrompido e prosseguem as perseguições e vinganças sobre antigos apoiantes de Khadafi - reduzida liberdade de circulação 	Progresso social <ul style="list-style-type: none"> - mortalidade infantil decresce rapidamente - número de pessoas deslocadas diminui - programa de reconciliação é implementado com sucesso, diminuindo as perseguições - persistem problemas intertribais a Sul - não há perda de capital humano

Nota: Método usado “Cone de Plausibilidade”.

(d) 4º Passo: Criar os guiões plausíveis

Aqui, descrevem-se as formas como as diferentes forças motrizes poderão evoluir. A introdução dos elementos estatísticos existentes sobre as razões para a falência dos Estados no raciocínio de análise das tendências, a partir das forças motrizes mais determinantes e a sua conjugação com os acontecimentos cruciais políticos (Anexo A), permite-nos agora antecipar possíveis futuros para a Líbia.

Com esta análise identificámos quatro cenários, aos quais atribuímos as seguintes designações: (i) Estabilidade frágil; (ii) Instabilidade; (iii) Estado falhado; e, (iv) Regime democrático. A representação esquemática teórica encontra-se na seguinte Figura:

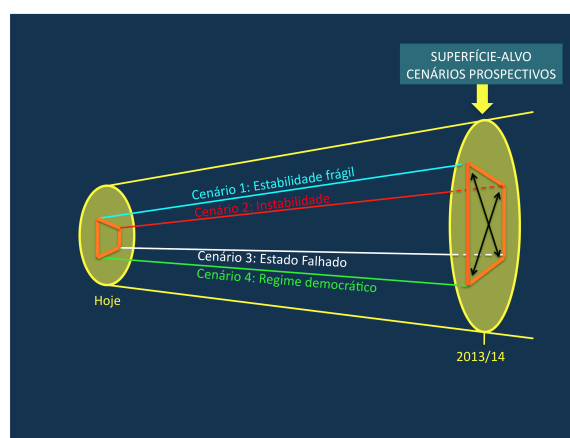


Figura 14 - Cone de Plausibilidade. Cenários prospetivos para a Líbia.

Cenário 1: Estabilidade frágil

Este cenário base tem como força motriz a estabilidade doméstica, incluindo a liderança política do governo provisório na Líbia que, apesar da sua fragilidade, consegue gerir as disputas internas.

Os conselhos tribais constituem-se como uma força de integração social e são progressivamente aproveitados como mecanismos de arbitragem no contexto da reconciliação nacional. O governo detém uma autoridade mais centralizada, mas continua a deparar-se com dificuldades na implementação de reformas, pois a sua base assenta no CNT - que não pode ser considerado como sendo verdadeiramente representativo da sociedade líbia - estando muito limitado na sua capacidade de tomada de decisão. O CNT e também os governos estrangeiros procuram centralizar urgentemente o poder na Líbia, por forma a conseguir estabilidade no país. O governo provisório tem o apoio da CI, controlando as receitas de exportação de petróleo.

Os líbios continuam a resistir ao exercício de uma autoridade central, o que cria dificuldades à construção de um sistema político forte e estável. A ineficácia continua muito presente na burocracia de Estado, o que põe em causa a confiança no governo central.

O conselho militar de Trípoli, criado pelo CNT para lançar as bases do futuro exército prossegue lentamente o processo de integração das diversas estruturas de comando das cidades, apesar de persistirem milícias que pretendem manter a sua autonomia. O envolvimento de elementos do antigo regime nas estruturas militares mantém-se, mas com oposição dos combatentes, o que continua a gerar atritos. O governo central não tem capacidade para manter as milícias sob controlo e esta tarefa só pode ser realizada pelos conselhos locais. A principal prioridade do governo é o desarmamento destas milícias.

Na ausência de um governo efetivo na Líbia, o vazio político está a ser preenchido pelos grupos religiosos altamente organizados e melhor financiados, como é o caso da IM.

A corrupção, crueldade e tirania que caracterizavam o antigo regime continuam a ser os principais desafios à sociedade líbia. A crueldade não terminou com a queda do regime e agora está direcionada aos antigos apoiantes de Khadafi, não existindo mecanismos de proteção das pessoas. Os atos de tortura e as detenções poderão dar origem a revoltas tribais.

Cenário 2: Instabilidade

Este cenário base tem como força motriz o falhanço na tentativa de manter as unidades rebeldes sob um mesmo comando, limitando a unificação do exército, tendo

como consequência um retorno à violência entre grupos de milícias e a fragilização do governo.

O processo de integração das diversas estruturas de comando das cidades não tem sucesso, havendo milícias que pretendem manter a sua autonomia, rivalizando entre si e resistindo aos esforços de estabelecimento de uma cadeia de comando. O envolvimento de elementos do antigo regime nas estruturas militares é mal visto e tem a oposição dos antigos revoltosos, gerando atos de violência. As milícias locais não estão sob controlo. Grupos locais constituídos por radicalistas Islâmicos, forças leais ao ex-ditador, e grupos tribais, controlam partes do país.

O governo perde o controlo da segurança, não sendo capaz de governar em toda a extensão do país, o que coloca em causa a integridade territorial. Verifica-se o aparecimento de enclaves em diversas partes do país e aumento das tendências separatistas. Esta situação poderá dar origem a um conflito interno e à fragmentação do país. A Leste do país, aumenta a exigência de estabelecimento de um federalismo.

A IM assume um papel relevante na sociedade, perante a falta de coesão nacional e de um governo efetivo, ocupando progressivamente o vazio político. Os fundamentalistas islâmicos representam uma ameaça.

A ausência de reformas na sociedade e no sistema judicial provoca revoltas. As tribos continuam a exercer a sua autoridade por incapacidade do Estado. A falta de reformas provoca cisões na sociedade e faz aumentar a desconfiança no governo central.

Cenário 3: Estado falhado

Tem como força motriz a instabilidade económica gerada pela quebra de receitas do petróleo, dando origem a convulsões sociais e a revoltas na estrutura militar, produzindo uma situação de instabilidade e de insegurança generalizados. A cadeia de comando é quebrada e existe uma incapacidade de exercício de controlo sobre os grupos de milícias. A proliferação de armamento é intensificada e há um surgimento da atividade insurgente, apoiada por grupos de terroristas da região do Sahel. Os serviços públicos são afetados, levando a uma diminuição das condições de vida e aumento da mortalidade infantil. O número de deslocados é grande, aumentam as rivalidades intertribais e há um desrespeito crescente pelos direitos humanos. Existe um sentimento de descontentamento generalizado, agravado pelo aumento da corrupção. A situação de insegurança e os conflitos interrompem a produção de petróleo e gás, fazendo afastar o investimento estrangeiro. O processo político de transição é interrompido. A Cirenaica reclama a independência e os acontecimentos levam o país à guerra civil e à falência do Estado.

Cenário 4: Regime democrático

Este cenário base tem como força motriz a implementação de reformas sociais e políticas, em resultado da capacidade do governo em executar os processos que levaram às referidas reformas.

O governo detém uma autoridade mais centralizada, mas continua a deparar-se com algumas dificuldades na implementação das reformas. O poder na Líbia está centralizado o que permite assegurar estabilidade ao país. O governo tem o apoio da CI, controlando as receitas de exportação de petróleo. A reconciliação nacional e os desenvolvimentos sociais aumentam a percepção de bem-estar, com influência positiva na política interna. O partido da IM tem assento no CNG e faz parte do governo.

O conselho militar de Trípoli implementa o processo de integração das diversas estruturas de comando dos grupos de milícias nas cidades líbias prosseguindo o programa de desarmamento, apesar de algumas resistências. O envolvimento de elementos do antigo regime nas estruturas militares mantém-se, mas com alguma oposição.

5º Passo: Avaliar as implicações

A avaliação das implicações consiste em indicar os que têm “*impacto positivo (favoráveis) ou negativo (desfavoráveis) no futuro do país*”. As implicações permitem classificar os cenários possíveis “*em desejáveis, aceitáveis e indesejáveis*” (Ribeiro, 2010).

Tabela 5 – Implicações

Cenário	Descrição Sumária
Estabilidade frágil	Impacto negativo para o futuro do país – aceitável
Instabilidade	Impacto muito negativo para o futuro do país – indesejável
Estado falhado	Impacto extremamente negativo para o futuro do país – indesejável
Regime democrático	Impacto positivo para o futuro do país – desejável

c. Validação do modelo. Algumas fontes

O modelo adotado teve como base de estudo a pesquisa bibliográfica e entrevistas, tendo cada tema ou força motriz, dominado um raciocínio que nos levou à construção de quatro cenários. Ao compararmos os cenários obtidos através da nossa investigação com recurso ao método indutivo (Tabelas 4 e 5), com os cenários recolhidos da pesquisa bibliográfica e entrevistas (Tabelas 6 e 7), verificamos que dois dos cenários por nós obtidos através do método “cone de plausibilidade” (Estabilidade frágil e Instabilidade), apresentam semelhanças conceptuais com aqueles cenários, pois aproximam-se de uma certa “disfuncionalidade” do governo líbio (Tabela 10).

Desta forma, podemos considerar o nosso modelo validado. Não apenas porque o cenário obtido pelo método “cone de plausibilidade” se assemelha aos cenários recolhidos,

o que demonstra coerência com resultados credíveis, mas também pela conceptualização do modelo de formulação.

Tabela 6 – Cenários para a Líbia - Grupo I (Artigos)

Fonte	Cenário	
	Designação	Descrição (*)
<i>The Economist</i> <i>(Economist Intelligence Unit)</i>	De acordo com o plano	As eleições para substituição do CNT por um governo eleito com base numa nova constituição deverão ocorrer aproximadamente no prazo estabelecido, apesar do governo saído das eleições ser fraco e partes do país permanecerem inseguras.
	Transição permanente	O CNT luta para ultrapassar disputas internas e ocupa-se dos problemas de segurança e dos protestos populares, falhando em assegurar os serviços essenciais, e assim falha o cumprimento do seu programa. O CNT torna-se o regime de facto.
	Instabilidade prolongada	O CNT perde o controlo da segurança e falha o estabelecimento de um governo efetivo. Grupos locais, incluindo comités do povo pró-Khaddafi e milícias Islamitas tomam diversas partes do país, ameaçando a viabilidade da Líbia como estado unificado.
<i>Royal African Society</i>	Tutela tripartida externa	A primeira possibilidade é a imposição de uma tutela tripartida pelos EUA, Reino Unido e França. Os três poderes e os seus associados na Europa e no Oriente Médio podem sentir uma obrigação moral para moldar o futuro do país. Poderão ser também impelidos a influenciar o futuro devido aos recursos financeiros que despenderam na campanha
	Governança democrática	Um segundo, plausível mas menos provável cenário, no curto e médio prazo é a evolução constante em direção a uma governação democrática responsável e razoavelmente liberal. Esta é a visão que o CNT está a tentar passar à CI. As perspetivas para a realização rápida deste objetivo são afetadas pelo facto de que a liderança do CNT não controla diretamente os grupos armados que estiveram a combater os partidários de Khaddafi; A decisão dos insurgentes em profanar e exhibir publicamente o cadáver de Khaddafi levanta sérias dúvidas quanto aos valores éticos dos que deveriam impôr uma nova ordem.
	Guerra civil	O terceiro cenário possível é a persistência e até mesmo incremento da guerra civil. Este seria o resultado de uma série de fatores inter-relacionados, incluindo as divisões entre os insurgentes por motivos ideológicos (seculares vs islâmicos); regionais (Oeste vs Leste); étnicas (árabes vs berberes), raciais e políticos (por exemplo, aqueles que colaboraram com Khaddafi contra aqueles que estavam fora do país ou foram adversários ao regime). Igualmente importante é a possibilidade de oposição armada dos apoiantes de Khaddafi.

Nota: Não é definido o horizonte temporal. (*) Tradução do autor.

Tabela 7 – Cenários para a Líbia - Grupo II (Entrevistas/Conferências)

<u>Autor</u>	<u>Cenário</u>
Dr. Costa Silva	regime estável disfuncional
	regime democrático
	Estado falhado
Capitão-tenente Rodrigues Pedra (Pedra, 2012)	rede de apoiantes de Khadafi procurará exercer influência nos destinos políticos da Líbia
	reacender da conflitualidade interna; conflitualidade agravada pela número existente de milícias
	emergência de extremistas islâmicos
	alguma estabilidade política até às eleições; recomeço da guerra civil após a conclusão do ato eleitoral

d. Síntese conclusiva

O atual governo provisório na Líbia tem pela frente desafios de ordem política, social, económica e de segurança, entre outros. A sua agenda (Anexo B), poderá ser mais um desafio, na medida em que poderá ser demasiado ambiciosa face às dificuldades do governo provisório. Essa agenda constituiu-se como referência para a elaboração de cenários possíveis, seja no respeitante aos momentos políticos mais marcantes, seja como pressuposto de ordem cronológica para a realização do calendário político.

Para a elaboração do nosso modelo de identificação dos cenários prospetivos, optámos pela adoção do “cone de plausibilidade”, por se tratar de um método que pode ser aplicado, com segurança, em horizontes de tempo de curto prazo (e.g. de poucos meses a 2-3 anos). A análise efetuada aos diversos indicadores e tendências permitiu a criação de guiões plausíveis, assentes em parâmetros estatísticos resultantes de práticas e experiências passadas de transições de autocracias para democracias, ou democracias parciais, em Estados Árabes e não-Árabes em diversas regiões do globo.

Este exercício permitiu a identificação de quatro cenários plausíveis: Estabilidade frágil, Instabilidade com a fragmentação do país, Estado falhado e consequente guerra civil e Regime democrático de caráter Islâmico. O modelo por nós construído foi validado, demonstrando coerência com observações e análises credíveis.

Face ao exposto, considera-se validada a Hip2, que permite concluir que a implementação de um modelo islâmico democrático, a fragmentação do país em unidades políticas e a ocorrência de uma guerra civil, estão entre os possíveis cenários para a era pós-Khadafi. A validação da Hip2 permite encontrar resposta à QD2.

3. A Líbia, a União Europeia e Portugal

a. Líbia e Europa

Em resposta à “primavera Árabe”, a UE reagiu com uma proposta da Comissão Europeia (CE) de uma *“parceria para democracia e prosperidade partilhada com o Sul do Mediterrâneo”* (UE, 2011b). Este renovado apoio da União no âmbito da PEV para *“uma nova resposta a uma Vizinhança em mudança”*⁴⁷ (Idem) envolve o princípio “mais por mais” no qual, o apoio financeiro, o reforço da mobilidade e acesso ao mercado único da UE serão disponibilizados aos países mais avançados na consolidação das reformas, com base numa “responsabilidade mútua”. Embora reconhecendo uma série de desafios que são comuns a todos os países parceiros, a UE apoiará cada país numa base diferenciada⁴⁸ (Gomes, 2012). A reação do antigo regime às manifestações populares tinham levado a UE a suspender toda a cooperação técnica e as negociações do acordo-quadro UE-Líbia.

A concertação da UE com parceiros estratégicos como os EUA, a Liga Árabe e a Turquia e o diálogo com o ICG permitiram a aproximação das posições divergentes dos principais parceiros internacionais através da participação no “Grupo Cairo” (UA, Liga Árabe, UE, Organização de Cooperação Islâmica e ONU). A UE adotou uma série de sanções, com o objetivo de impedir que o regime de Khadafi tivesse acesso a armamento e dinheiro.

Para a Europa, as prioridades para a região são a estabilidade regional, o combate aos problemas de insegurança, a promoção do desenvolvimento e estabilidade económica e a gestão das expectativas sociais.

Desde o início da crise, a UE forneceu ajuda financeira para apoio humanitário. Além disso, a CE apoia financeiramente as prioridades de estabilização imediata do CNT, e programas de longo prazo. De igual forma, os projetos relacionados com a emigração⁴⁹ que tinham sido suspensos em fevereiro de 2011, estão em processo de retoma.

A UE tem em curso uma missão de gestão e controlo de fronteiras e de desenvolvimento dos media, tendo a este respeito, havido uma “divisão de tarefas” com a ONU, que detém a liderança nestes domínios, *“sem prejuízo de futuros projetos na reforma no domínio do setor de segurança, caso a Líbia o pretenda”* (Gomes, 2012).

⁴⁷ A União também reconheceu a necessidade de adotar uma nova abordagem para as relações com seus vizinhos do sul.

⁴⁸ O apoio da UE formaliza-se nos “3 Ms”: *Money* (financiamento), *Mobility* (diálogos sobre migração, mobilidade e segurança) and *Markets* (comércio livre, energia, transportes).

⁴⁹ Iniciadas durante o regime de Khadafi, a UE tem vindo a desenvolver negociações com a Líbia sobre o controlo da imigração ilegal, orientadas para a renovação da sua guarda costeira e das capacidades de vigilância das fronteiras.

O conflito afetou os abastecimentos de petróleo e gás, mas não há registo de que algum país europeu tenha tido necessidade de recorrer às suas reservas estratégicas (Trends, 2011). Todavia, se a situação se tivesse prolongado, um volume de importações como este não teria sido facilmente substituível em pouco tempo (CSM, 2011).

A questão da segurança das fronteiras é uma preocupação para a UE desde 2003 devido à migração clandestina. Mas as razões que levaram a UE a desenvolver medidas apostando no desenvolvimento dos “países emissores” de emigrantes (Leal, 2011a, p.212) prendem-se com o agravamento da tensão demográfica na Europa resultante de uma crescente população oriunda do Norte de África. Em especial, o “*Libyan Migration Corridor*” (Bredeloup & Pliez, 2011), um dos corredores migratórios do Norte de África para a Europa utilizado por africanos subsarianos. A partir de 2004, a CE aprovou a criação do Frontex⁵⁰, para gestão integrada das fronteiras da UE, o que fez reduzir a utilização do corredor líbio e reter no país os emigrantes que se viram impedidos de atravessar o Mediterrâneo.

O fluxo de refugiados norte africanos em resultado da situação de instabilidade esteve na ordem do dia, pois durante o conflito, o número de emigrantes oriundos da Líbia, foi relevante (as estimativas italianas apontavam para 200.000 a 300.000, a na UE para 500.000 a 700.000) (Idem, p.14).

Vejamos quais as implicações dos diferentes cenários que identificámos em 2., na perspetiva das relações com a Europa:

(1) A Estabilidade frágil na Líbia e a Europa (Cenário 1)

A estabilidade doméstica frágil não colocaria entraves ao dialogo com a UE. A agenda política do CNT decorre nos prazos previstos, o que permite a implementação do programa de ação 2011 – 2013, no âmbito do Plano estratégico da UE para Líbia (EU, 2010), com as adaptações implementadas pela revisão da sua PEV (UE, 2011a). No entanto, as reservas relativas ao modelo de democracia e ao respeito pelos direitos humanos dificultam as relações e a implementação de projetos europeus. A influência dos partidos de cariz Islâmico não afeta as relações UE - Líbia. O nível de produção e exportação de hidrocarbonetos sofrem um incremento, assegurando o abastecimento dos mercados europeus.

⁵⁰ European Agency for the Management of the Operational Cooperation at the External Borders of the Member States of the European Union.

(2) Instabilidade na Líbia e a Europa (Cenário 2)

A instabilidade da Líbia teria um forte impacto imediato nos países na Europa mediterrânica devido à sua dependência energética. As lições da primavera Árabe levaram muitos países europeus a diversificar as suas fontes energéticas. A Itália demonstrou ser vulnerável a potenciais dificuldades de abastecimentos provenientes da Líbia. A produção e exportação de hidrocarbonetos são afetadas devido à instabilidade, mas apenas de modo parcial e esporadicamente.

Este cenário levaria ao reinício do fluxo de emigrantes e refugiados oriundos do Norte de África.

O atraso no cumprimento da agenda política do CNT prolongaria a “transição” para uma situação de “interinidade permanente” do governo, fragilizando-o como interlocutor com a UE e outros atores externos. O diálogo com a UE seria dificultado e a suspensão de diversos programas teria lugar. A ONU, os EUA, a UE e a Liga Árabe teriam um papel fundamental nos esforços de retoma da estabilidade.

(3) Estado falhado na Líbia e a Europa (Cenário 3)

Este seria o cenário menos favorável para a UE e o que levantaria maiores dificuldades ao continente europeu. A situação de instabilidade e de insegurança generalizados seria um problema para a UE no âmbito energético (a dependência da Europa daria origem a crises nos países mais dependentes do crude líbio e a produção e exportação de hidrocarbonetos seriam afetadas devido à guerra civil) e do fluxo desregulado de emigrantes e refugiados e um problema também para os restantes países do Norte de África, já que a instabilidade teria muito provavelmente repercussões nos países vizinhos. O diálogo com a UE seria extremamente difícil e todos os programas de cooperação seriam interrompidos. A ONU, os EUA, a UE, a Liga Árabe e possivelmente a OTAN, teriam um papel fundamental nos esforços do retorno à estabilidade.

(4) Regime democrático na Líbia e a Europa (Cenário 4)

Este cenário seria naturalmente o mais favorável para a UE, permitindo uma maior aproximação Europa – Líbia. A estratégia da UE para Líbia 2011 – 2013, no âmbito do programa de ação para as áreas de melhoria da qualidade do capital humano, aumento da sustentabilidade do desenvolvimento económico e social e gestão da migração, seria implementada, com as adaptações da PEV (UE, 2011a).

b. Portugal e a Líbia

(1) Relações bilaterais e multilateralismo

No domínio bilateral, as relações com a Líbia têm-se desenvolvido nos campos energético, financeiro, empresarial, de cooperação, económico e apoio ao desenvolvimento. No quadro multilateral, sublinhamos a ação externa de Portugal junto da ONU e da UE.

A ação externa de Portugal tem assumido a bacia do Mediterrâneo e em particular o Magrebe, como destinatários privilegiados, sendo do interesse nacional, a afirmação do país “como interlocutor privilegiado para uma nova política de vizinhança com a região mediterrânica” (Ministros, 2011, p.104).

A importância do Magrebe foi sublinhada pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE) em 26 de janeiro de 2012 no IDN, onde referiu que esta região é “*uma prioridade da estratégia diplomática portuguesa*”. Esta prioridade revela-se complementar às grandes opções da política externa nacional: a Europa, a lusofonia, o Atlântico e o multilateralismo, tendo ficado patente nas deslocações do MENE à Líbia.

No respeitante à ONU, a relevância do papel do nosso país foi significativa, já que, quando se verificou a revolta de fevereiro de 2011 na Líbia, Portugal tinha iniciado a participação no CSNU, na sequência da eleição como membro não-permanente daquele órgão para o biênio 2011-2012 e assumido também a Presidência⁵¹ do Comité de Sanções à Líbia⁵². No quadro do Comité de Sanções, Portugal tem contribuído para a libertação de ativos que se encontravam bloqueados ao regime de Khadafí, através do levantamento de sanções ao Banco Central Líbio⁵³ (africatoday.com, 2011). Sublinha-se que, para a sua eleição, Portugal contou com um forte apoio dos países árabes, resultante das boas relações com o mundo Árabe. Na qualidade de membro não-permanente, Portugal contribuiu para a aprovação das diversas RCSNU respeitantes ao conflito líbio.

O facto de Portugal ter estado entre os primeiros⁵⁴ países a reconhecer o CNT e o relevante papel do nosso país no levantamento de sanções à Líbia, são aspetos que favorecem o papel nacional nas relações económicas e de cooperação entre os dois países. Com efeito, seria importante o aproveitamento desse facto para o posicionamento de empresas portuguesas nas oportunidades resultantes das futuras necessidades de

⁵¹ Portugal assumiu também a Presidência do Comité de Sanções à Coreia do Norte e do Grupo de Trabalho sobre Tribunais Internacionais.

⁵² Um dos órgãos subsidiários do CSNU.

⁵³ E ao seu representante no estrangeiro, o *Libyan Arab Foreign Bank*.

⁵⁴ Em 29 de julho de 2011, tendo sido o 14º Estado da UE.

reconstrução na Líbia, logo que o impasse associado às limitações do governo de gestão, seja ultrapassado.

No quadro das relações do nosso país com a Líbia, integrado na UE, estas são exercidas no âmbito da PEV onde a importância do relacionamento com os países do Sul do Mar Mediterrâneo assume uma crescente importância para a estabilidade e segurança do continente europeu.

Portugal tem dado significativo relevo ao Processo de Cooperação no Mediterrâneo Ocidental⁵⁵, mais conhecido como Diálogo 5+5, no quadro da vizinhança regional. O diálogo foi retomado após a reaproximação à Líbia, na sequência das dificuldades resultantes do caso Lockerbie e interrompido durante a guerra civil. Depois da queda do regime de Khadafi, foram retomados⁵⁶ os contactos com a Líbia e a posição nacional é de empenho na “vizinhança a Sul” e defesa da “valorização do Mediterrâneo” (MNE, 2012).

Portugal e a Líbia celebraram recentemente⁵⁷, um Acordo Quadro de cooperação e quatro memorandos de entendimento destinados a promover a cooperação económica e a fomentar o investimento mútuo. O acordo prevê o aumento das exportações portuguesas, o fornecimento de gás liquefeito e petróleo líbios e investimento daquele país⁵⁸ em Portugal, a aplicação de fundos da Líbia no sistema financeiro nacional e exploração de oportunidades de investimento em Portugal em diversos setores, como o imobiliário, turismo, petrolífero e petroquímico. A inserção de pequenas e médias empresas portuguesas na Líbia tem recebido o apoio do aicep⁵⁹.

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P. (IPAD), coordena a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e, a partir de 2009, iniciou uma linha de cooperação com a Líbia.

(2) Dependência energética

O crescimento económico conduziu a um aumento do consumo de energia em Portugal (Leal, 2011a, p.407) pelo que, uma vez que existem limitações nos recursos, em especial em hidrocarbonetos, o nosso país depende em muito do Norte de África para fazer face às suas necessidades, importando crude da Líbia e da Argélia, assim como gás também da Argélia.

⁵⁵ Inclui Portugal, Espanha, França, Itália e Malta e, do lado africano, Mauritânia, Marrocos, Argélia, Líbia e Tunísia.

⁵⁶ Decorreu em dezembro de 2011 um encontro ministerial 5+5 em Nouakchottna, Mauritânia.

⁵⁷ julho de 2008.

⁵⁸ *Libyan Investment Authority*.

⁵⁹ Portugal Global, E.P.E., Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.

No caso em estudo, os recursos energéticos da Líbia estão relacionados com a segurança energética do nosso país. A Estratégia Nacional para a Energia, integrante da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2015, define a *garantia da segurança de abastecimento*, como um dos três objetivos em linha com a política europeia para a energia (Tecnológico, 2008, p.4). Uma das formas de garantir a segurança no aprovisionamento é através da diversificação de origens de importação. Catarina M. Leal acrescenta que no “*sentido da redução do risco, a diversificação surge como o elemento-chave*” (Leal, 2011a, p.409). No respeitante ao petróleo (Figuras 15 e 16), as origens são diversificadas, pois dependemos de “*catorze países, (três do Médio Oriente, cinco de África, dois da América Latina e quatro da Europa e Euro-Ásia), em 2007*” (Ibidem), ao passo que no respeitante ao gás natural, dependemos apenas de dois países fornecedores (Nigéria e Argélia).

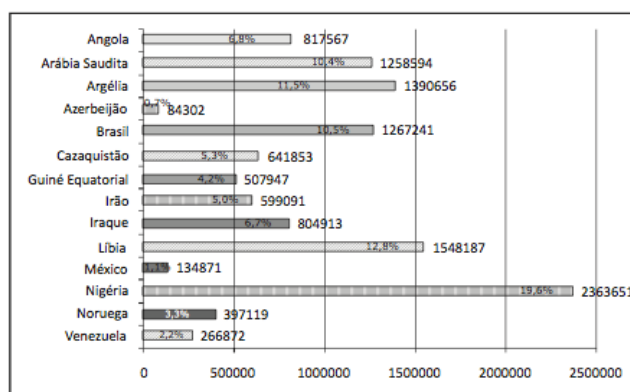


Figura 15: Portugal - Origem das Importações Portuguesas de Petróleo Bruto em 2008 (Tonelada) (Leal, 2011b, p.65)

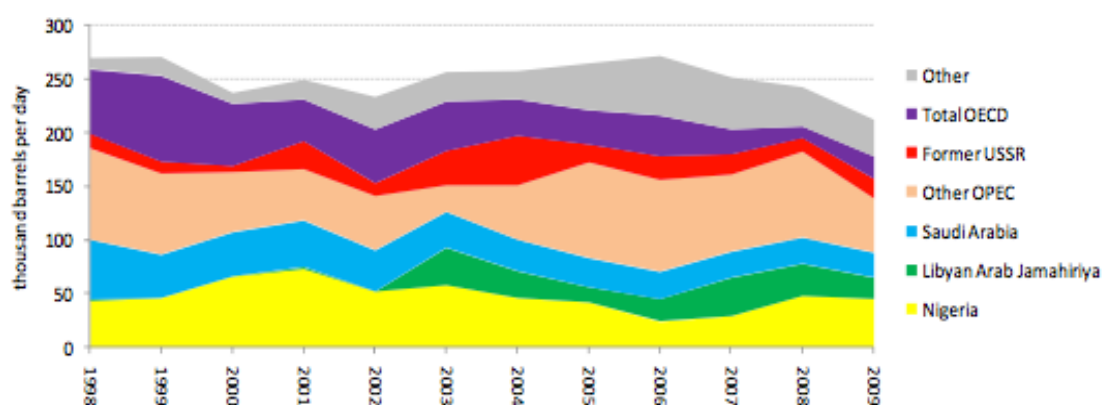


Figura 16: Principais origens das importações de petróleo portuguesas (IEA, 2011b, p.6)

(3) Cooperação na área da Defesa

A cooperação bilateral ao nível da defesa iniciou-se em 2009, tendo as autoridades líbias demonstrado interesse na área das indústrias de Defesa⁶⁰, no domínio da Indústria Naval, na Manutenção Aeronáutica⁶¹ (duas aeronaves encontravam-se nas instalações da OGMA quando se desencadeou a crise Líbia; na sequência das sanções impostas à Líbia⁶² foram suspensas todas as licenças de exportação/importação de produtos relacionados com a defesa, que tivessem como destino ou proveniência a Líbia), na Indústria de Desmilitarização e Defesa (IDD) e formação. O Plano de Atividades da DGPDN para o ano 2011 previa a realização de atividades⁶³ com a Líbia (DGPDN, 2011, p.25), entretanto canceladas.

(4) Cenários e implicações

Perante os cenários ou futuros possíveis para a Líbia, como é que o nosso país se pode posicionar?

De entre os quatro cenários levantados em 2., Estabilidade frágil, Instabilidade, Estado falhado e Regime democrático, consideramos que, no desempenho de Portugal, a questão se coloca em termos de riscos e oportunidades perante a possibilidade de ocorrência de cada um dos cenários possíveis. Abordaremos, essencialmente, no nosso estudo, as matérias respeitantes ao potencial interesse do futuro governo líbio, nas relações com Portugal nas áreas da defesa, política, energética e económica.

Assim, iremos analisar em que medida uma situação de estabilidade ou instabilidade poderá determinar oportunidades para o país. Com base neste raciocínio, consideramos existirem duas situações-base: os cenários 1. e 4., asseguram estabilidade, enquanto os cenários 2. e 3., configuram uma situação de instabilidade ou de Estado falhado.

(a) Estabilidade ou democracia

Perante a perspetiva de estabilidade ou democracia, configurar-se-iam oportunidades para Portugal reforçar o seu papel nos contextos multilateral e bilateral, através do aproveitamento da imagem e reputação da nossa diplomacia junto do mundo Árabe.

⁶⁰ EMPORDEF - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.

⁶¹ A OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A., formalizou dois contratos para a manutenção de quatro aeronaves da Líbia (um L-100 e três C-130).

⁶² Resoluções do CSNU n.º 1970 e n.º 1973; Decisão 2011/137/PESC do CE, de 28FEV11 e no Regulamento (UE) n.º 204/2011 do CE adotados pela UE.

⁶³ Reunião da Comissão Mista, Estágio Sobrevivência no Deserto, Visita ao IESM, Visita a Indústrias de Defesa.

Assim, ao nível multilateral, o nosso país teria uma oportunidade para desempenhar um papel de interlocutor privilegiado na agregação de vontades para reconstrução da Líbia, designadamente:

- no âmbito da ONU, o nosso atual mandato no CSNU poderia ser uma via para o reforço da cooperação nacional com o novo governo líbio; para além do relevante papel que Portugal tem desempenhado na presidência do Comité de Sanções, este cenário proporcionaria uma oportunidade para o reforço da ação no descongelamento de ativos financeiros líbios;
- junto da UE, Portugal poderia contribuir de forma relevante para o delineamento de estratégias europeias para: a estabilidade regional; a transição política na Líbia, tendo em conta a nossa experiência recente de construção de um sistema democrático; o apoio à promoção do desenvolvimento e de reformas sociais, com relevo na condição feminina;
- no quadro da vizinhança regional (Diálogo 5+5), Portugal teria uma oportunidade para reforço do peso específico do seu papel nas relações com a Líbia (se considerarmos os referenciais de relacionamento político atuais e dado que a Líbia reiniciou as suas atividades neste fórum, poderemos assumir que o diálogo com a Líbia deverá ter uma evolução favorável).

Ao nível bilateral, mediante a ação coordenada do MNE, do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e do Ministério da Administração Interna (MAI), estes cenários proporcionariam oportunidades nos domínios da cooperação económica, do investimento mútuo e da cooperação na segurança e defesa, como indicado:

- ação da diplomacia económica com vista à captação do investimento e promoção da internacionalização das empresas portuguesas, aproveitando as necessidades e interesses da Líbia (e.g. construção civil no âmbito do processo de reconstrução das infraestruturas);
- aproveitamento da necessidade de reestruturação dos setores da segurança e da defesa líbios, da urgência no auxílio à gestão das fronteiras (em apoio aos programas da UE) assim como do interesse já demonstrado pelas autoridades líbias no respeitante à retoma das atividades de cooperação bilateral ao nível da defesa (indústrias de Defesa e formação militar); assim, estes cenários proporcionariam uma oportunidade para a implementação de atividades de cooperação militar, de gestão de fronteiras e cooperação técnico-policial, com as Forças Armadas, Serviço de Estrangeiros e

Fronteiras e Forças de Segurança portuguesas, através da celebração de Acordos de cooperação; a longa e bem sucedida experiência portuguesa neste âmbito com os Países Amigos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (MDN, 1991) e nas Operações de Apoio à Paz, poderia constituir um modelo adaptável à realidade líbia.

(b) Instabilidade ou Estado falhado

Perante a perspetiva de instabilidade, as condições na Líbia seriam muito semelhantes ao ambiente vivido na revolta que derrubou o regime de Khadafi. O Diálogo 5+5 ficaria paralisado, assim como a generalidade das atividades de cooperação, comprometendo as exportações portuguesas e a importação de crude. Neste caso, Portugal teria que recorrer a fornecedores alternativos, mas isso não representaria uma fragilidade grave, tendo em conta a diversidade das nossas fontes de abastecimento. Sublinhe-se que durante o conflito de 2011, a produção de petróleo foi afetada, mas não parou completamente.

O cenário de estabilidade frágil não deveria afetar a produção de petróleo, mas inibiria em larga escala as atividades de cooperação, devido à situação de insegurança no país.

c. Síntese conclusiva

Neste capítulo vimos que a estabilidade na bacia do Mediterrâneo e em particular o Magrebe, são estrategicamente importantes para a Europa e, conseqüentemente, para Portugal.

Vimos que um cenário de instabilidade (Instabilidade ou Estado falhado) na Líbia teria um forte impacto na UE, em especial nos países na Europa mediterrânica devido à dependência energética de Espanha, França e Itália, que torna estes países vulneráveis face a potenciais dificuldades de abastecimentos provenientes da Líbia. No respeitante a Portugal, esta situação representaria uma condição idêntica à da revolta que derrubou o regime de Khadafi, onde se verificou uma estagnação da generalidade das atividades de cooperação, com conseqüências negativas para as exportações portuguesas, afetando também, ainda que de forma limitada, o fornecimento de crude a Portugal. O cenário de estabilidade frágil não deveria afetar a produção de petróleo, mas inibiria em larga escala as atividades económicas, devido à situação de insegurança no país. Tanto para a Europa como para Portugal, estes cenários implicariam uma intensa atividade diplomática com vista à estabilidade do país e segurança da região.

Vimos que os cenários mais favoráveis (Estabilidade ou Democracia) proporcionariam oportunidades de cooperação com a Europa e de estabilidade na região. No âmbito nacional, configurar-se-iam oportunidades para reforço do nosso papel nos contextos multilateral e bilateral. Quanto ao primeiro, Portugal seria um forte interlocutor na ajuda à Líbia, designadamente no âmbito da ONU, através do nosso mandato no CSNU e da presidência do Comité de Sanções; junto da UE, no delineamento de estratégias europeias para a estabilidade regional, a transição política na Líbia (tendo em conta a nossa experiência recente de construção de um sistema democrático) e o apoio à promoção do desenvolvimento e de reformas sociais; e no quadro do Diálogo 5+5, com reforço do nosso peso específico nas relações com a Líbia. Ao nível bilateral, Portugal teria oportunidades nos domínios da cooperação económica, do investimento mútuo e da cooperação na segurança e defesa, formalizadas numa ação coordenada entre o MNE, o MDN e o MAI, com vista à captação do investimento e promoção da internacionalização das empresas portuguesas, ao aproveitamento da necessidade de reestruturação dos setores da segurança e da defesa líbios, aproveitando a bem sucedida experiência portuguesa assim como do interesse já demonstrado pelas autoridades líbias no respeitante à retoma das atividades de cooperação bilateral ao nível da defesa.

Face ao exposto, considera-se:

- validada a Hip3, no sentido de que a configuração de uma situação de instabilidade no país, no pós-regime de Khadafi, poderá produzir implicações na segurança energética europeia e que a UE é um ator determinante no processo de reforma do país. A validação da Hip3 permite encontrar resposta à QD3;
- validada a Hip4, por se ter demonstrado que, num quadro de cooperação e desenvolvimento, existem possibilidades de participação para as Forças Armadas portuguesas, que se instituem como contributo para os interesses nacionais. A validação da Hip4 permite encontrar resposta à QD4.

Conclusões

O presente trabalho foi elaborado com o objetivo de analisar os cenários prospetivos e as implicações estratégicas da transição de regime na Líbia.

O trabalho de investigação foi organizado em torno da QC, concebida para a execução do mesmo: “*Quais os cenários prospetivos para a Líbia e as suas implicações estratégicas para o Norte de África e para Portugal?*”. A procura de resposta a esta questão foi obtida com a sua decomposição em quatro QD respeitantes aos ambientes interno e externo que poderão condicionar a evolução do contexto na nova Líbia, aos cenários internos a considerar para a era pós-Khadafi e às possíveis implicações para a Europa e para Portugal e ao papel que o nosso país poderá desempenhar perante as oportunidades configuradas. A avaliação das Hip constituiu o fio condutor do raciocínio no presente trabalho, concretizado nas sínteses conclusivas, que permitiram obter a resposta à QC.

A metodologia de desenvolvimento consistiu:

Na caracterização do ambiente interno na Líbia, designadamente quanto aos fatores geopolíticos mais relevantes, a dependência energética da UE e a dependência económica da Líbia das receitas do petróleo. Concluímos que o contexto histórico, geográfico, humano, social, económico e político-militar, assim como a influência de fatores externos, são determinantes para a matriz da futura Líbia.

Na identificação de cenários prospetivos para a Líbia, desenvolvemos um modelo de análise com recurso ao “cone de plausibilidade”, por se tratar de um método aplicável com segurança a horizontes de tempo de curto prazo (até dois ou três anos). A análise efetuada aos diversos indicadores e tendências permitiu a criação de guiões plausíveis, assentes em parâmetros estatísticos resultantes de práticas e experiências passadas, de transições entre autocracias e democracias, ou democracias parciais, ocorridas em Estados de diversas regiões do globo. Este estudo permitiu a identificação de quatro cenários plausíveis: Estabilidade frágil, Instabilidade, Estado falhado e Regime democrático de caráter Islâmico.

Na análise das implicações que os diferentes cenários teriam para a Europa e para Portugal, verificámos que os cenários de instabilidade da Líbia teriam um forte impacto imediato na UE, em especial nos países na Europa mediterrânica devido à sua dependência energética e que os cenários permissivos (Estabilidade ou Democracia) contribuiriam para a estabilidade da região e seriam propícios ao estabelecimento de relações de cooperação e

desenvolvimento no âmbito da PEV, entre outros programas, e proporcionariam oportunidades de reforço do nosso papel nos contextos multilateral e bilateral. Assim, concluímos que:

- No quadro multilateral, Portugal seria um importante interlocutor na ajuda à Líbia, em particular no âmbito da ONU, através do nosso mandato no CSNU e da presidência do Comité de Sanções; junto da UE, no delineamento de estratégias europeias para a estabilidade regional, na transição política na Líbia (tendo em conta a nossa experiência recente de transição para um sistema democrático) e no apoio à promoção do desenvolvimento e de reformas sociais; e no quadro do Diálogo 5+5, com reforço do nosso peso específico nas relações com a Líbia.
- No âmbito bilateral, Portugal teria oportunidades nos domínios da cooperação económica, do investimento mútuo e da cooperação na segurança e defesa, formalizadas numa ação coordenada entre o MNE, o MDN e o MAI, com vista à captação do investimento e promoção da internacionalização das empresas portuguesas. Teria oportunidades também no aproveitamento da necessidade de reestruturação dos setores da segurança e da defesa líbios, tirando proveito da experiência portuguesa na Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os PALOP.

Os contributos para o conhecimento foram:

- O desenvolvimento de um modelo de construção de cenários com recurso a um processo teórico de projeção de tendências, de acontecimentos e das suas consequências no futuro e aptidão para gerar cenários alternativos. Este método, designado “cone de plausibilidade”, engloba projeções teóricas de quatro cenários de planeamento e é considerado fiável em horizontes de tempo de curto prazo.
- A identificação de opções estratégicas nacionais no âmbito multilateral para apoio ao processo de transição líbio e à reconstrução do país.
- A identificação de oportunidades no âmbito da cooperação económica, do investimento mútuo e da cooperação na segurança e defesa com a Líbia, articuladas numa ação coordenada entre o MNE, o MDN, o MAI e o Ministério das Finanças.

Como contributos de ordem prática, recomenda-se a implementação de um modelo de cooperação técnica no âmbito militar, de polícia e controle da emigração, em moldes

conceptuais semelhantes aos modelos de CTM e Cooperação Técnico-Policial com os PALOP. Esta prestação poderia ocorrer a dois níveis:

- No quadro da Segurança: (i) de natureza policial, através da participação de elementos das Forças de Segurança em apoio à reforma do setor de segurança, da responsabilidade do MAI; (ii) no âmbito da política de imigração, com disponibilização de elementos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no quadro multilateral (UE), também da responsabilidade do MAI.
- No quadro da CTM: em que a responsabilidade seria da DGPDN/MDN. As atividades ou ações específicas de CTM, seriam desenvolvidas em Programas-quadro, nas áreas a definir por ambas as partes, nomeadamente nas seguintes áreas: Ensino Militar, Estado-Maior, Formação Militar. Neste contexto, a execução dos projetos seria da responsabilidade de um Diretor Técnico de Projeto.

Assim, e em resposta à QC, identificámos quatro cenários possíveis para a Líbia: Estabilidade frágil, Instabilidade com a fragmentação do país, Estado falhado e consequente guerra civil e Regime democrático de carácter Islâmico. Reconhecemos que a estabilidade deste país é vital para a segurança regional, da Europa e também para Portugal devido à nossa dependência energética e aos interesses económicos e de cooperação entre o nosso país e a Líbia.

Bibliografia

ACA, 2011. *Chronology of Libya's Disarmament and Relations with the United States*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.armscontrol.org/factsheets/LibyaChronology>" <http://www.armscontrol.org/factsheets/LibyaChronology> [Consult. 1 abril 2012].

africatoday.com, 2011. *Comité de sanções contra a Líbia libertou mais de 18 mil milhões dólares*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.africatoday.co.ao/pt/economia/7754-Comit-san-es-contra-Lbia-libertou-mais-mil-milhes-dlares.html>" <http://www.africatoday.co.ao/pt/economia/7754-Comit-san-es-contra-Lbia-libertou-mais-mil-milhes-dlares.html> [Consult. 4 abril 2012].

Agency, S.N., 2012. *Libya 'Could Fall Apart' as East Declares Autonomy*. [Em linha] Disponível em: "http://www.novinite.com/view_news.php?id=137306" http://www.novinite.com/view_news.php?id=137306 [Consult. 18 fevereiro 2012].

AGNU, 2011. *66th Session, Official records - A/66/PV.2.*. [Em linha] Disponível em: "<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/500/75/PDF/N1150075.pdf?OpenElement>" <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/500/75/PDF/N1150075.pdf?OpenElement> [Consult. 2 dezembro 2011].

Alberts, T., 2011. *Africa: The African Union and Libya - On the Horns of a Dilemma*. [Em linha] Disponível em: "<http://allafrica.com/stories/201111030819.html>" <http://allafrica.com/stories/201111030819.html> [Consult. 27 março 2012].

Aleixo, Embaixador R.L., 2012. *A África do Norte - Tensões, disputas e fatores de instabilidade. A Líbia*. Apresentação. IESM.

Almeida, P.F.A.V.d., 1994. *Ensaio de Geopolítica*. Lisboa, Portugal: Edição Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto de Investigação Científica Tropical.

Anderson, L., 2011. *Demystifying the Arab Spring: Parsing the Differences Between Tunisia, Egypt, and Libya*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.foreignaffairs.com/articles/67693/lisa-anderson/demystifying-the-arab-spring>" <http://www.foreignaffairs.com/articles/67693/lisa-anderson/demystifying-the-arab-spring> [Consult. 6 março 2012].

AU, 2012. *Expert's Meeting on the situation in the Sahel Region*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.au.int/en/sites/default/files/Conclusion%20ENG.pdf>" <http://www.au.int/en/sites/default/files/Conclusion%20ENG.pdf> [Consult. 8 abril 2012].

Baines, M.M., 2012. *Stability in a Post-Gaddafi Libya*. Lessons Learned. CFC.

Bayat, A., 2011. *The Post-Islamist Revolutions. What the Revolts in the Arab World Mean*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.foreignaffairs.com/articles/67812/asef-bayat/the-post-islamist-revolutions>" <http://www.foreignaffairs.com/articles/67812/asef-bayat/the-post-islamist-revolutions> [Consult. 22 dezembro 2011].

BBC, 2011. *Medvedev rejects Putin 'crusade' remark over Libya*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-12810566>" <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-12810566> [Consult. 3 março 2012].

Blanchard, C.M., 2011a. *Libya: Unrest and U.S. Policy*. [Em linha] Disponível em: "<http://fpc.state.gov/documents/organization/159788.pdf>" <http://fpc.state.gov/documents/organization/159788.pdf> [Consult. 27 março 2012].

Blanchard, C.M., 2012b. *Libya: Transition and U.S. Policy*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33142.pdf>" <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33142.pdf> [Consult. 29 março 2012].

Blanchard, C.M., 2011c. *Libya: Background and U.S. Relations*. [Em linha] Disponível em: "http://assets.opencrs.com/rpts/RL33142_20100316.pdf" http://assets.opencrs.com/rpts/RL33142_20100316.pdf [Consult. 18 fevereiro 2012].

Branco, MGen C.M.M., 2012. *Qual o papel da OTAN no Norte de África, face aos recentes desenvolvimentos na região*. Apresentação. IESM.

Bredeloup, S. & Pliez, O., 2011. *Improving EU and US Immigration Systems' Capacity for Responding to Global Challenges: Learning from experiences*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.eui.eu/Projects/TransatlanticProject/Documents/CaseStudies/EU-USImmigrationSystems-Security-CS.pdf>" <http://www.eui.eu/Projects/TransatlanticProject/Documents/CaseStudies/EU-USImmigrationSystems-Security-CS.pdf> [Consult. 5 abril 2012].

CE, 2011. *QUARTERLY REPORT ON EUROPEAN GAS MARKETS*. [Em linha] Disponível em: "http://ec.europa.eu/energy/observatory/gas/doc/qregam_2011_quarter2.pdf" http://ec.europa.eu/energy/observatory/gas/doc/qregam_2011_quarter2.pdf [Consult. 9 abril 2012].

China.org.cn, 2011. *Libyan people & ethnic tribes*. [Em linha] Disponível em: "http://china.org.cn/world/2011-03/21/content_22189022.htm" http://china.org.cn/world/2011-03/21/content_22189022.htm [Consult. 09 março 2012].

CNT, 2011a. *Founding Statement of the Interim Transitional National Council (TNC)*. [Em linha] Disponível em: "http://www.mpil.de/shared/data/pdf/founding_statement_of_the_interim_transitional_national_council.pdf" http://www.mpil.de/shared/data/pdf/founding_statement_of_the_interim_transitional_national_council.pdf [Consult. 12 abril 2012].

- CNT, 2011b. *A Vision of a Democratic Libya*. [Em linha] Disponível em: "http://www.mpil.de/shared/data/pdf/pdf/vision_of_a_democratic_libya.pdf" http://www.mpil.de/shared/data/pdf/pdf/vision_of_a_democratic_libya.pdf [Consult. 12 abril 2012].
- Correia, J.M.L.d.S., Pinto e Lobo, E.J.d.S.A. & Silva Matos, J.C.B., 2012. *O Conflito na Líbia - Cenários Prospetivos*. TIG. Lisboa: IESM IESM.
- CSIS, 2011. *Stability in the Middle East and North Africa: The Other Side of Security*. [Em linha] Disponível em: "http://csis.org/files/publication/110309_MENA_Stability.pdf" http://csis.org/files/publication/110309_MENA_Stability.pdf [Consult. 9 abril 2012].
- CSM, 2011. *Europe rethinks dependence on Libyan oil*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.csmonitor.com/World/Europe/2011/0223/Europe-rethinks-dependence-on-Libyan-oil>" <http://www.csmonitor.com/World/Europe/2011/0223/Europe-rethinks-dependence-on-Libyan-oil> [Consult. 4 abril 2012].
- Cunha, Coronel A.P.d., 2009. *Conhecer o Islão*. Lisboa, Portugal: Instituto da Defesa Nacional.
- DGPDN, 2011. *Plano de Atividade 2011*. [Em linha] Disponível em: "http://www.portugal.gov.pt/media/401179/20110211_plano_de_atividades_dgpdn_2011.pdf" http://www.portugal.gov.pt/media/401179/20110211_plano_de_atividades_dgpdn_2011.pdf [Consult. 22 março 2012].
- DOUGHERTY, James, PFALTZGRAFF, Robert L., Jr (2003). *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva
- Economist, T., 2011a. *Libya's year zero. Finding opportunity as a country rebuilds*. [Em linha] Disponível em: "http://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=Libya_Sept11" http://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=Libya_Sept11 [Consult. 02 fevereiro 2012].
- Economist, T., 2011b. *China's evolving foreign policy. The Libyan dilemma*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.economist.com/node/21528664>" <http://www.economist.com/node/21528664> [Consult. 2 abril 2012].
- EIA, 2011. *Libya is a major energy exporter, especially to Europe*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=590>" <http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=590> [Consult. 28 março 2012].
- Esty, D.C. et al., 1998. *State Failure Task Force Report. Phase II Findings*. [Em linha] Disponível em: "<http://globalpolicy.gmu.edu/pitf/SFTF%20Phase%20II%20Report.pdf>" <http://globalpolicy.gmu.edu/pitf/SFTF%20Phase%20II%20Report.pdf> [Consult. 6 abril 2012].

EU, 2010. *European Neighbourhood and Partnership Instrument. "LIBYA STRATEGY PAPER & NATIONAL INDICATIVE PROGRAMME 2011 – 2013"*. [Em linha] Disponível em: "http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011_enpi_csp_nip_libya_en.pdf" http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011_enpi_csp_nip_libya_en.pdf [Consult. 22 fevereiro 2012].

EU, E.C., 2010. *European Neighbourhood and Partnership Instrument. Libya Strategy Paper & National Indicative Programme 2011 - 2013*. [Em linha] Disponível em: "http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011_enpi_csp_nip_libya_en.pdf" http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011_enpi_csp_nip_libya_en.pdf [Consult. 17 fevereiro 2012].

Eurostat, 2009. *Statistical aspects of the Oil Economy in 2008*. [Em linha] Disponível em: "http://www.eds-destatis.de/de/downloads/sif/qa_09_032.pdf" http://www.eds-destatis.de/de/downloads/sif/qa_09_032.pdf [Consult. 6 abril 2012].

Factbook, C., 2012a. *The World Factbook*. [Em linha] Disponível em: "<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ly.html>" <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ly.html> [Consult. 21 março 2012].

Factbook, C., 2012b. *The World Factbook*. [Em linha] Disponível em: "<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2178rank.html>" <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2178rank.html> [Consult. 05 fevereiro 2012].

FfP, 2011. *The Failed States Index 2011: The Book*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.fundforpeace.org/global/?q=cr-11-14-fs>" <http://www.fundforpeace.org/global/?q=cr-11-14-fs> [Consult. 3 abril 2012].

FHSC, 2009. *Scenario planning*. [Em linha] Disponível em: "http://www.bis.gov.uk/assets/bispartners/foresight/docs/horizon-scanning-centre/foresight_scenario_planning.pdf" http://www.bis.gov.uk/assets/bispartners/foresight/docs/horizon-scanning-centre/foresight_scenario_planning.pdf [Consult. 23 fevereiro 2012].

FP, 2009. *FAQ & Methodology. How the Failed States Index is made*. [Em linha] Disponível em: "http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/2009_failed_states_index_faq_methodology" http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/2009_failed_states_index_faq_methodology [Consult. 3 abril 2012].

Ghitis, F., 2011. *World Citizen: Don't Call It the 'Arab Spring' Just Yet*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.worldpoliticsreview.com/articles/10094/world-citizen-dont-call-it-the-arab-spring-just-yet>" <http://www.worldpoliticsreview.com/articles/10094/world-citizen-dont-call-it-the-arab-spring-just-yet> [Consult. 27 dezembro 2011].

- GlobalSecurity, 2000. *Libya - Regional Politics*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.globalsecurity.org/military/world/libya/geography-1.htm>" <http://www.globalsecurity.org/military/world/libya/geography-1.htm> [Consult. 28 janeiro 2012].
- Goldstone, J.A. et al., 2000. *State Failure Task Force Report. Phase III Findings*. [Em linha] Disponível em: "<http://globalpolicy.gmu.edu/pitf/SFTF%20Phase%20III%20Report%20Final.pdf>" <http://globalpolicy.gmu.edu/pitf/SFTF%20Phase%20III%20Report%20Final.pdf> [Consult. 7 abril 2012].
- Gomes, Embaixadora G.M., 2012. *A Segurança no Mediterrâneo. Políticas da UE para o Norte de África*. Apresentação. Lisboa: IESM.
- Governo, 2012. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.mne.gov.pt/mne/pt/noticiaspt/201109081700.htm>" <http://www.mne.gov.pt/mne/pt/noticiaspt/201109081700.htm> [Consult. 21 janeiro 2012].
- Guedes, A.M., 2007. *A "Linha da Frente"? Do Sudoeste dos Balcãs à Ásia Central*. Lisboa. Edições Prefácio.
- IBT, 2011. *China urges Libya to protect investments*. [Em linha] Disponível em: "<http://hken.ibtimes.com/articles/202814/20110823/china-urges-libya-to-protect-investments.htm>" <http://hken.ibtimes.com/articles/202814/20110823/china-urges-libya-to-protect-investments.htm> [Consult. 14 março 2012].
- IEA, 2011a. *Facts on Libya: oil and gas*. [Em linha] Disponível em: "http://www.iea.org/files/facts_libya.pdf" http://www.iea.org/files/facts_libya.pdf [Consult. 4 abril 2012].
- IEA, 2011b. *Oil & Gas Security. Emergency Response of IEA Countries*. [Em linha] Disponível em: "http://www.iea.org/papers/security/portugal_2011.pdf" http://www.iea.org/papers/security/portugal_2011.pdf [Consult. 6 abril 2012].
- IHS, 2011. *Jane's Sentinel Country Risk Assessments*. [Em linha] Disponível em: "<http://sentinel.janes.com/public/sentinel/index.shtml>" <http://sentinel.janes.com/public/sentinel/index.shtml> [Consult. 12 janeiro 2012].
- Indexmundi, 2011. *Infante Mortality Rate - Libya*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=ly&v=29>" <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=ly&v=29> [Consult. 8 abril 2012].
- Institute, M.P., 2012. *Chronology of Events*. [Em linha] Disponível em: "http://www.mpil.de/ww/en/pub/research/details/know_transfer/constitutional_reform_in_arab_libyen.cfm" http://www.mpil.de/ww/en/pub/research/details/know_transfer/constitutional_reform_in_arab_libyen.cfm [Consult. 12 abril 2012].

IOM, 2010. *WORLD MIGRATION REPORT 2010*. [Em linha] Imprimerie Courand et Associés Disponível em: "http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR_2010_ENGLISH.pdf" http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR_2010_ENGLISH.pdf [Consult. 5 abril 2012].

IOM, n.d. *North Africa*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.iom.int/jahia/Jahia/activities/africa-and-middle-east/north-africa>" <http://www.iom.int/jahia/Jahia/activities/africa-and-middle-east/north-africa> [Consult. 27 março 2012].

Joffé, G., 2011. A primavera Árabe no Norte de África. Origens e Perspetivas de Futuro. *Relações Internacionais*, junho. pp.85-116.

Leal, C.M., 2011a. *Magrebe, Islamismo e a relação energética de Portugal*. Lisboa: Edições Tribuna.

Leal, C.M., 2011b. *As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades*. [Em linha] IDN Disponível em: "http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_3.pdf" http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_3.pdf [Consult. 23 abril 2012].

Lesova, P., 2008. *Gazprom seeks to buy all of Libya's oil, gas exports*. [Em linha] Disponível em: "http://articles.marketwatch.com/2008-07-10/news/30743604_1_gas-reserves-gas-exports-european-gas" http://articles.marketwatch.com/2008-07-10/news/30743604_1_gas-reserves-gas-exports-european-gas [Consult. 30 março 2012].

MDN, 1991. *Despacho N.º 42/MDN/91*. Despacho. Lisboa, Portugal: Ministério da Defesa Nacional.

MEPAT, 1997. *Prospetiva e Cenários – Uma breve Introdução Metodológica*. Lisboa: MEPAT.

Metz, H.C., 1987. *Libya Geography*. [Em linha] Disponível em: "<http://countrystudies.us/libya/35.htm>" <http://countrystudies.us/libya/35.htm> [Consult. 21 março 2012].

Ministros, P.d.C.d., 2011. *PROGRAMA DO XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.parlamento.pt/Documents/prg-XII-1.pdf>" <http://www.parlamento.pt/Documents/prg-XII-1.pdf> [Consult. 17 janeiro 2012].

MNE, 2012. *PORTUGAL DEFENDE VALORIZAÇÃO DO MEDITERRÂNEO*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/mantenha-se-atualizado/20120216-mene-mne-tunisia.aspx>" <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/mantenha-se-atualizado/20120216-mene-mne-tunisia.aspx> [Consult. 03 abril 2012].

Moloney, L., 2011. *Eni Confirms Gazprom Deal To Sell Libya Elephant Field Stake*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.foxbusiness.com/markets/2011/09/16/eni-confirms-gazprom-deal-to-sell-libya-elephant-field-stake/>"

<http://www.foxbusiness.com/markets/2011/09/16/eni-confirms-gazprom-deal-to-sell-libya-elephant-field-stake/> [Consult. 30 março 2012].

MOREIRA, Adriano (2011). *Da Utopia à Fronteira da Pobreza*. Lisboa: INCM.

NationMaster.com, 2003. *Libya*. [Em linha] Disponível em: "http://www.nationmaster.com/country/ly-libya/Age-_distribution"

http://www.nationmaster.com/country/ly-libya/Age-_distribution [Consult. 21 março 2012].

Nogueira, J.M.F., 2012. *O Método Geopolítico Alargado. Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo*. Lisboa, Portugal: Fábrica das Letras.

OPEC, 2011. *World Oil Outlook*. [Em linha] Disponível em: "http://www.opec.org/opec_web/en/publications/340.htm"

http://www.opec.org/opec_web/en/publications/340.htm [Consult. 7 março 2012].

Pedra, C.J.R., 2012. *A Guerra na Líbia: A utilidade da força*. Apresentação. IESM.

PNUD, 2011. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2011*. [Em linha] Disponível em: "http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/HDR_2011_PT.pdf"

http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/HDR_2011_PT.pdf [Consult. 6 março 2012].

PRIBERAM, 2012. *Dicionário PRIBERAM*. [Em linha] Disponível em: "%20<http://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx>"

<http://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx> [Consult. 7 março 2012].

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc (2005). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rasmussen, A.F., 2011. *NATO After Libya*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.foreignaffairs.com/articles/67915/anders-fogh-rasmussen/nato-after-libya>"

<http://www.foreignaffairs.com/articles/67915/anders-fogh-rasmussen/nato-after-libya>

[Consult. 24 março 2012].

Razzak, W., 2011. *Institutions and the Arab Spring*. [Em linha] Disponível em: "<http://www.razzakw.net/Institutes2011.pdf>"

<http://www.razzakw.net/Institutes2011.pdf> [Consult. 03 abril 2012].

Ribeiro, A.S., 2010. *Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar. Modelo de Elaboração*. Loures, Portugal: Europress.

Ribeiro, Prof. Dr. J.F., 2012. *Explorando o contexto das Revoltas Árabes*. Apresentação. Lisboa: José Félix Ribeiro IESM.

- Rodrigues, Valm Alexandre Reis Rodrigues, 2011. *A Líbia pós Kadhafi*. [Em linha] Disponível em: "http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=891" http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=891 [Consult. 23 abril 2012].
- Rostek, M., Gizewski, P. & Reshke, R., n.d. *Futuring and Force Development: An Interim Report on the Canadian Army 2040 Project* LCol Michael Rostek, Peter Gizewski, and Regan Reshke DLCD Land Futures, Kingston/DRDC-CORA/DRDC-DSTL, Ottawa, Ontario, Canada. Ontario: DLCD Land Futures, Kingston/DRDC-CORA/DRDC-DSTL.
- Sam Dagher, C.L.M.C., 2011. *Tiny Kingdom's Huge Role in Libya Draws Concern*. [Em linha] Disponível em: "<http://online.wsj.com/article/SB10001424052970204002304576627000922764650.html>" <http://online.wsj.com/article/SB10001424052970204002304576627000922764650.html> [Consult. 2 fevereiro 2012].
- SGNU, 1999. *Carta do SGNU ao CSNU, em 5 de abril de 1999*. [Em linha] Disponível em: "<http://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/095/36/pdf/N9909536.pdf?OpenElement>" <http://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/095/36/pdf/N9909536.pdf?OpenElement> [Consult. 20 fevereiro 2012].
- Sheridan, M.B., 2011. *Libya declares liberation with an Islamic tone*. [Em linha] Disponível em: "http://www.washingtonpost.com/world/middle_east/libya-declares-liberation-with-an-islamic-tone/2011/10/23/gIQA4VsbAM_story.html" http://www.washingtonpost.com/world/middle_east/libya-declares-liberation-with-an-islamic-tone/2011/10/23/gIQA4VsbAM_story.html [Consult. 28 novembro 2011].
- Silva, A.C., 2011. *As Transições Políticas no Norte de África e Médio Oriente*. Apresentação. Porto: PARTEX, Oil and Gas.
- Taylor, C.W., 1993. *Alternative World Scenarios for a New Order of Nations*. [Em linha] Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/ssi/altworld.pdf> [Consult. 29 fevereiro 2012].
- Tecnológico, P., 2008. *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015). 1o Relatório Intercalar de Execução*. [Em linha] Disponível em: "http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS2015_Relatorio_Progresso_1ano.pdf" http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS2015_Relatorio_Progresso_1ano.pdf [Consult. 30 março 2012].
- Trends, O.a.E., 2011. *Crisis Special: North Africa*. [Em linha] Disponível em: "http://www.oilandenergytrends.com/ger/ger_reports_north_africa_2.asp" \l "libya" http://www.oilandenergytrends.com/ger/ger_reports_north_africa_2.asp#libya [Consult. 9 abril 2012].

U.S.Congress, L.o., 1987. *Library of Congress Country Studies*. [Em linha] Disponível em: "[http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field\(DOCID+ly0037\)](http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field(DOCID+ly0037))" [Consult. 9 março 2012].

UE, J.C.b.t.H.R.o.T.U.F.F.A.A.S.P.a.t.E.C., 2011a. *A review of European Neighbourhood Policy*. [Em linha] Disponível em: "http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/com_11_303_en.pdf" [Consult. 3 abril 2012].

UE, 2011b. *The EU's response to the 'Arab Spring'*. [Em linha] Disponível em: "<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/11/918>" [Consult. 10 abril 2012].

Worldstat, 2011. *Libya*. [Em linha] Disponível em: "<http://en.worldstat.info/Africa/Libya/Land>" [Consult. 10 abril 2012].

Entrevistas exploratórias

CUNHA, Major-General Raúl Ferreira da (2011). Lisboa. Entrevista concedida no dia 14 de outubro de 2011.

MENEZES, Major-General António Faria (2012). EMGFA. Entrevista concedida no dia 11 de outubro de 2011.

PINTO, Dra. Ana Santos (2011). Instituto Português de Relações Internacionais. Entrevista realizada no dia 2 de novembro de 2011, em Lisboa.

Entrevistas

ALEIXO, Embaixador Rui Lopes (2012), Embaixada de Portugal em Trípoli. Entrevista concedida via e-mail, no dia 26 de março de 2012.

BRANCO, Major-General Carlos Martins (2012). Chefe da Divisão de Cooperação e Segurança Regional do Estado-Maior Militar Internacional da OTAN. Entrevista concedida via Skype no dia 15 de fevereiro de 2012.

CORDEIRO, Dra. Ana Paula Menezes (2012). Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entrevista realizada no dia 18 de abril de 2012, em Lisboa

CORREIA, Eng. José Ângelo Ferreira (2012). Presidente do Conselho de Administração FOMENTINVEST, SGPS, SA . Entrevista realizada no dia 14 de fevereiro de 2012, em Lisboa.

MENEZES, Major-General António Faria (2012). EMGFA. Entrevista concedida via e-mail, no dia 24 de abril de 2012.

SILVA, Dr. António Costa e (2012). PARTEX Oil & Gas. Entrevista realizada no dia 1 de março de 2012, em Lisboa.

SILVESTRE, Dra. Carmen (2012). Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entrevista realizada no dia 18 de abril de 2012, em Lisboa.

Anexo A

CNT – Cronologia de Eventos

Recolhemos do *Max Planck Institute* (Institute, 2012), os marcos mais relevantes do CNT, desde a sua fundação em Benghazi. :

- *Founding Statement*, em 05 de março de 2011, declaração em que o CNT declara ser o único representante da Líbia (CNT, 2011a).
- *A Vision of a Democratic Libya*, em 29 de março de 2011, afirmando a orientação do Conselho segundo princípios democráticos (CNT, 2011b).
- O *International Contact Group* para a Líbia aceita, a 15 de julho de 2011, negociar com o CNT na qualidade de legítima autoridade governativa para o país e reconhece o seu papel no processo de transição.
- *Draft Constitution Charter for the Transitional Stage*, de 03 de agosto de 2011, para vigorar durante um período de vinte meses.
- A 08 de agosto de 2011, o presidente do CNT, Mustafa Abdul Jalil, dissolve o conselho executivo (governo interino) após o assassinato, em 28 de julho do Coronel Bubaker Jaber Yunes, chefe das forças militares do CNT e antigo ministro do Interior de Khadafi, que tinha aderido ao movimento rebelde.
- A AGNU, na sua 66ª Sessão, aceita o CNT como representante legítimo da Líbia em 21 de setembro de 2011.
- O CNT nomeia um novo governo interino a 03 de outubro de 2011 (a maioria dos seus membros fazia parte do conselho anterior).
- Em 23 de outubro de 2011, o presidente do CNT declara a libertação da Líbia durante a cerimónia de celebração em Benghazi.
- Em 26 de outubro 2011, o CNT solicita a extensão de missão da NATO na Líbia.
- Em 31 de outubro de 2011, Abdel Rahim el-Keeb é nomeado Primeiro Ministro e forma o governo interino em 22 de novembro de 2011.
- O CNT adota os seguintes diplomas:
 - o lei⁶⁴ para a transparência e honestidade, dirigida a futuros candidatos à NGC;
 - o lei⁶⁵ para anulação da lei que criminaliza a adesão a partidos políticos.
 - o lei⁶⁶ para criação da *National High Commission on Elections*.
 - o lei⁶⁷ para as eleições do NGC.
 - o lei⁶⁸ sobre responsabilidade e tarefas dos diferentes níveis de comando do exército líbio.
 - o lei⁶⁹ para criação “Dar-Al-Ifta”, uma instituição para emissão de *fatwas* (éditos religiosos).
 - o lei⁷⁰ para adopção da *transitional justice*.
- lei⁷¹ que adopta a emenda à Constituição para extensão do prazo para redacção da Constituição em dois meses e sobre a composição da equipa redactora.

⁶⁴ N.º 192-2011, em 18 de dezembro de 2011.

⁶⁵ N.º 02-2012, em 4 de janeiro de 2012.

⁶⁶ N.º 03-2012, em 18 de janeiro de 2012.

⁶⁷ Em 28 de janeiro de 2012.

⁶⁸ N.º 11-2012, em 13 de fevereiro de 2012.

⁶⁹ N.º 15-2012, em 20 de fevereiro de 2012.

⁷⁰ N.º 17-2012, em 26 de fevereiro de 2012.

⁷¹ N.º 01-2012, em 13 de março de 2012.

Anexo B

Governo Provisório, Transição, e Agenda**Governo Provisório**

Em 23 de outubro de 2011, o então líder do CNT, Mustafa Abdul Jalil, anunciou a libertação da Líbia e afirmou que um governo provisório seria nomeado no prazo de um mês. O CNT elegeu Abdurrahim Abdulhafiz El-Keib⁷² como primeiro-ministro interino, que iniciou funções em 24 de novembro.

Transição

O programa de transição política está a avançar em “conformidade com a sua Carta Provisória⁷³ do CNT” (Blanchard, 2012b, p.11), e o CNT estabeleceu uma agenda na qual são estabelecidas metas decisivas que pretende que ocorram num período de 20 meses, conforme ilustrado na Figura 17.



Figura 17: Etapas e pontos de decisão políticos (Blanchard, 2012b, p.12)

Posteriormente, foi aprovada a necessária legislação eleitoral e criada uma comissão (*High National Electoral Commission*) para as eleições de junho de 2012 que irão eleger a assembleia nacional (CNG). O novo plenário determinará a nomeação do novo governo e de uma comissão para preparar a nova Constituição⁷⁴ que deverá estar concluída no prazo de dois meses para ser objecto de consulta popular e aprovação pela assembleia eleita. A agenda prevê ainda a realização de eleições nacionais no prazo de nove meses, após a aprovação da Constituição. As decisões na Assembleia Constituinte são tomadas por maioria de dois terços mais um.

⁷² O primeiro-ministro Abdurrahim ElKeib seleccionou os membros do gabinete com os representantes dos vários municípios, grupos de interesse e milícias, procurando assegurar representatividade.

⁷³ Carta Constitucional Provisória. De agosto de 2011.

⁷⁴ A comissão será constituída por 60 membros, divididos igualmente entre os representantes de Tripolitana, Cirenaica e Fezzan.

Questões eleitorais

Em junho de 2012, os eleitores vão escolher 200 membros para o CNG num sistema eleitoral misto de 120 candidatos a título individual e de 80 lugares para listas não partidárias e da sociedade civil, assegurando representatividade feminina⁷⁵. A distribuição dos lugares entre regiões é a seguinte: 100 para Tripolitana, 60 para a Cirenaica e 40 para Fezzan.

Segundo Christopher M. Blanchard, especialista para assuntos do Médio-Oriente (Blanchard, 2012b), o “*debate sobre o sistema eleitoral tem girado em torno das melhores formas de encorajar a selecção de figuras orientadas para a perspectiva nacional ao invés dos defensores de agendas locais ou tribais*”. Os defensores do modelo de candidaturas individuais argumentam que um sistema dominado pelos partidos pode favorecer as forças políticas mais organizadas, como a IM e o seu *Justice and Construction Party*. Por seu lado, os que defendem maior representatividade partidária referem que os candidatos individuais dão mais oportunidade às elites e grupos tribais, em detrimento das pessoas e da unidade do país.

⁷⁵ Modelo semelhante ao adoptado na Tunísia e de que resultou a eleição de uma mulher por cada quatro lugares.

Apêndice 1

Aspectos geopolíticos relevantes

Como referimos em *O conflito na Líbia – Cenários prospetivos* (Correia et al., 2012, pp.3-4), as razões que conduziram à revolta do povo líbio, estão em contraste com os indicadores relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷⁶ do país, onde, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Líbia foi classificada (em 2011) como sendo o 64.º, entre 187 países, com um “Desenvolvimento Humano Elevado” (PNUD, 2011, p.132). Para compreensão deste facto, torna-se necessário investigar os factores geopolíticos e outras condicionantes relevantes na Líbia. Para o efeito, serão utilizados dados constantes do *Jane's Sentinel Country Risk Assessments* (IHS, 2011).

Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes (PNUD, 2011, p.134).

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes							
TABELA 1	Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita (PPC USD 2005 Constante)	Classificação do RNB per capita menos classificação do IDH
		Valor	(anos)	(anos)	(anos)	2011	2011
		2011	2011	2011 ^a	2011 ^a	2011	2011
	58 Panamá	0,768	76,1	9,4	13,2	12.335	7
	59 Sérvia	0,766	74,5	10,2 ^b	13,7	10.236	16
	60 Antigua e Barbuda	0,764	72,6	8,9 ^b	14,0	15.521	-8
	61 Malásia	0,761	74,2	9,5	12,6	13.685	-5
	62 Trindade e Tobago	0,760	70,1	9,2	12,3	23.439 ^a	-26
	63 Kuwait	0,760	74,6	6,1	12,3	47.926	-57
	64 Líbia	0,760	74,8	7,3	16,6	12.637 ^a	0
	65 Bielorrússia	0,756	70,3	9,3 ^c	14,6	13.439	-8
	66 Federação Russa	0,755	68,8	9,8	14,1	14.561	-13
	67 Granada	0,748	76,0	8,6	16,0	6.982	30

Após a independência em 1951, ocorreram importantes mudanças políticas e económicas resultantes da descoberta de reservas de petróleo e de gás natural e ainda pelo regime autoritário de Khadafi. O legado da insurgência anti-italiana e dos combates da II Guerra Mundial (GM), as pressões internacionais relacionadas com a Guerra Fria e as relações complexas com os vizinhos árabes e africanos moldaram também a evolução recente da Líbia (Blanchard, 2011c).

A era de Khadafi

Em 01 de setembro de 1969, um grupo de Oficiais⁷⁷, o *Free Officers Movement*, (FOM) liderado pelo Capitão Muammar Al Khadafi⁷⁸ derrubou, quase sem resistência, a monarquia líbia. O Exército associou-se aos golpistas e em poucos dias Trípoli e o resto do país estava sob firme controlo militar com o apoio entusiástico da população, em especial da mais jovem e da dos centros urbanos (U.S.Congress, 1987). O FOM era chefiado por um directório - *Revolutionary Command Council* (RCC) - de 12 elementos, que constituiu

⁷⁶ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno.

⁷⁷ Cerca de 70 militares. O golpe ocorreu em Benghazi.

⁷⁸ Khadafi nasceu em 1942 perto de Sirte, e a sua família pertence à relativamente pequena tribo de Berberes arabizados, Qadhafa. Ingressou na Academia Militar em Benghazi em 1961, que concluiu em 1965-66, juntamente com a maioria dos revoltosos. Foi depois seleccionado para frequentar formação complementar na *Royal Military Academy* em Sandhurst, no RU. A sua associação ao *Free Officers Movement* teve início em cadete. A frustração e vergonha sentidas com a derrota infligida por Israel aos árabes em 1967, foram o motor da sua determinação.

o governo da *Libyan Arab Republic*⁷⁹. Nas suas declarações iniciais, o RCC assegurou a identidade Islâmica e Árabe da Líbia e o seu apoio ao povo Palestino. O reconhecimento internacional⁸⁰ não tardou. Khadafi foi promovido a Coronel, nomeado comandante das Forças Armadas da Líbia e a partir de Janeiro de 1970 assumiu a liderança do RCC e a chefia do Estado.

O novo governo apressou-se a assegurar a retirada das forças britânicas e americanas das bases militares na Líbia⁸¹ e a expulsão de cidadãos italianos⁸². Depois iniciou uma aproximação à União Soviética (URSS) e o apoio aos movimentos revolucionários anti-ocidentais e anti-israelitas na Europa, África, Ásia e Médio-Oriente, o que o distanciou dos EUA.

Khadafi pôs em marcha reformas internas que tiveram por base a sua “Terceira Teoria Universal”⁸³, uma combinação de islamismo, práticas tribais e socialismo, através de uma “democracia popular” (Cunha, 2009, p.37), formalizada no seu Livro Verde.

Nas décadas de 1970, 1980 e de 1990, a Líbia patrocinou o treino e atentados terroristas (voos Pan Am 103⁸⁴ e UTA 772⁸⁵), assassinatos de dissidentes líbios e o apoio a grupos terroristas (Organização Abu Nidal, Frente Popular para a Libertação da Palestina, o IRA, entre outros). Alguns dos elementos treinados na Líbia lideraram movimentos rebeldes em África (Blanchard, 2011c).

O conflito israelo-árabe foi fonte de tensão entre Kadhafi e os EUA, mas também com o Egipto e o líder da OLP. A Líbia permaneceu contrária à negociação ou reconciliação com Israel, promovendo a luta armada como o único meio viável para acabar com a ocupação de Israel em 1967, tendo mais recentemente sugerido a reconciliação entre israelitas e palestinos num único Estado.

Após a imposição de sanções da ONU no rescaldo dos atentados patrocinados pelos líbios, a Líbia entrou num período de crescente isolamento internacional. Os efeitos agravados pela perda de receitas do petróleo, as restrições sobre as viagens de altos funcionários e o embargo de armas colocaram uma pressão significativa sobre Khadafi e o seu governo, que em 1999, concordou em pagar uma compensação respeitante ao atentado no voo UTA 772 e permitiu que dois agentes das informações fossem julgados pelo atentado do voo 103 da Pan Am.

A cooperação de Khadafi no combate ao terrorismo após os atentados de 11 de setembro de 2001 e a sua decisão de 2003 para desmantelamento dos programas de desenvolvimento de Armas de Destruição Massiva (ADM) e de mísseis de longo alcance, marcaram uma mudança nas relações com os EUA e a CI, chegando a conseguir a eleição como membro não-permanente do CSNU em outubro de 2007⁸⁶. Em fevereiro de 2009, Khadafi foi eleito presidente da UA.

Os movimentos da oposição⁸⁷ de matriz Islâmica, monárquica ou de orientação democrática, nunca foram uma ameaça séria ou uma alternativa ao regime de Khadafi,

⁷⁹ A partir de 1977, a designação oficial passou a *Socialist People's Libyan Arab Jamahiriya*.

⁸⁰ Os EUA reconheceram o novo governo em 06 de Setembro, quando o RCC manifestou o seu distanciamento da URSS.

⁸¹ Em 28 de março e 11 de junho de 1970, respectivamente.

⁸² Em 07 de outubro de 1970.

⁸³ Incluída no seu “Livro Verde”, onde teorizou a solução para o problema da democracia.

⁸⁴ Em Lockerbie, Escócia (1988).

⁸⁵ No Níger, África ocidental (1989).

⁸⁶ Mandato: 2008 e 2009.

⁸⁷ Os grupos opositores no exílio incluíam a *National Alliance*, o *Libyan National Movement*, o *Libyan Movement for Change and Reform*, o *Islamist Rally*, o *National Libyan Salvation Front*, e o *Republican Rally for Democracy and Justice*.

dado que as suas actividades e eficácia eram largamente limitadas pela desorganização, rivalidade e diferenças ideológicas existentes.

Khadafi exerceu o controle político sobre a Líbia com autoridade, severidade e manipulação de tribos e governantes. As políticas externas e internas baseavam-se na sua ideologia pessoal, não hesitando em esmagar violentamente tentativas de golpes de Estado, assassinar dissidentes no exterior ou patrocinar movimentos de cariz violento e ataques terroristas contra inimigos externos. As atitudes contraditórias que por vezes o caracterizavam na acção política, são atribuídas à pressão de grupos de interesses concorrentes, que procuravam influenciar a política do país face ao seu isolamento internacional (Blanchard, 2011c).

A revolução de fevereiro de 2011 foi desencadeada por uma série de acontecimentos em Benghazi e outras cidades do leste, que rapidamente escaparam ao controlo de Khadafi, com muitos oficiais, unidades militares e funcionários do governo a juntarem-se à oposição.

Os receios de um genocídio por parte das forças de Khadafi abriram caminho a uma operação militar internacional e a impopularidade de Khadafi no mundo árabe permitiu a rápida aprovação de uma resolução que proporcionava a legitimidade da intervenção externa. A ofensiva aérea da OTAN contra alvos militares e a acção dos rebeldes em Trípoli e no oeste da Líbia, obrigaram Khadafi e os seus partidários a retirar. A morte de Khadafi às mãos de rebeldes em Sirte em 20 de outubro terminou a revolta de forma abrupta, com críticas e preocupação quanto ao futuro do país.

Aspectos relevantes do factor físico

A Líbia era um país essencialmente rural, mas a crescente concentração populacional nas metrópoles veio alterar esta situação (Figura 18). Actualmente, cerca de 90% da população líbia concentra-se nas duas principais cidades, Trípoli e Benghazi.

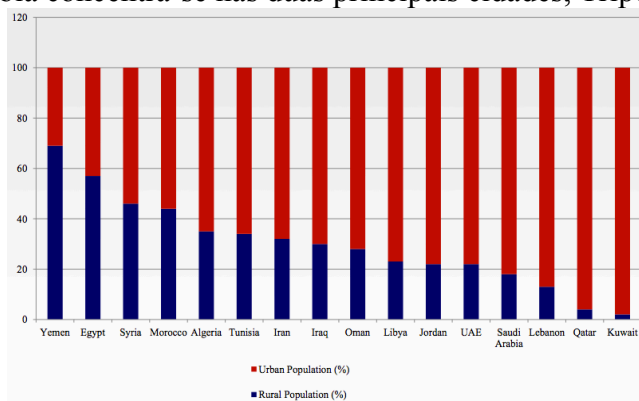


Figura 18: Relação entre População urbana-rural nos países MENA (CSIS, 2011, p.93)

Não existem fronteiras naturais com a Tunísia e o Egipto. O deserto atua como obstáculo natural nas fronteiras com a Argélia, o Níger e o Chade.

Os climas dominantes são o mediterrânico ao longo da costa e o desértico no interior, com pouca precipitação⁸⁸. Isto reflecte-se numa quase ausência de cursos de água permanentes⁸⁹. Os recursos de água nas zonas férteis têm sido alvo de uma exploração excessiva, tendo os projectos de desenvolvimento⁹⁰ sido transferidos para zonas menos

⁸⁸ Menos de 2% do território recebe precipitação para a agricultura. A maior precipitação é de 400 a 600 mm/ano em Jabal al Akdar. No Sara é inferior a 50 mm/ano.

⁸⁹ O resultado da reduzida precipitação é a existência de apenas um curso de água navegável permanente - o rio Wadi Kiam.

⁹⁰ Khadafi implementou uma política de aproveitamento dos recursos hídricos.

habitadas, onde a procura de água é menos intensa. No final da década de 70 do século passado, foram descobertos significativos recursos aquíferos sob as areias do deserto⁹¹.

Aspectos relevantes dos factores humanos e sociais

A esperança de vida acompanhou o aumento da população⁹². A Líbia recebe um número elevado de emigrantes devido à necessidade de mão-de-obra para a indústria do petróleo. O desemprego jovem é um problema grave nos países MENA (Figura 19).

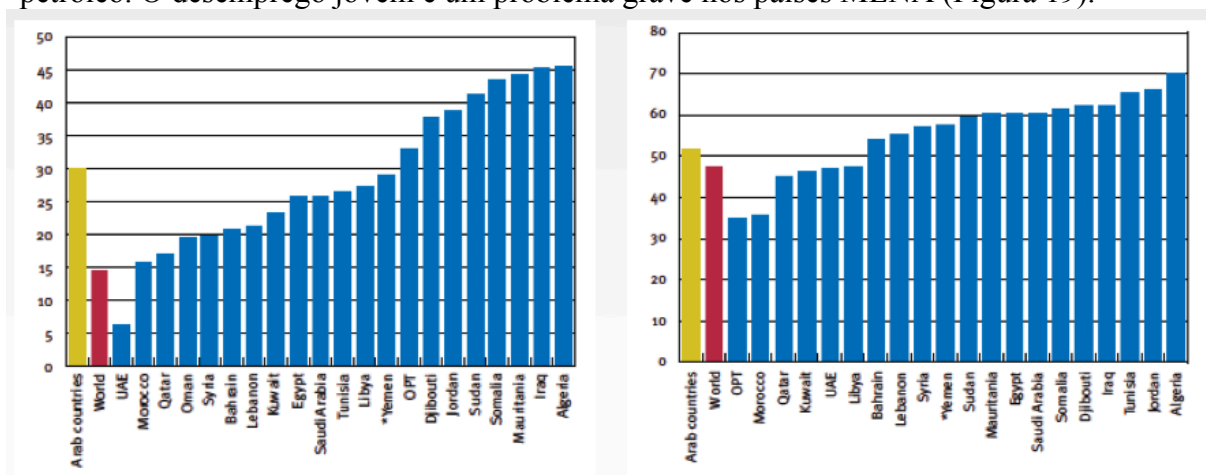


Figura 19: Desemprego jovem (0-25 anos) nos países MENA (CSIS, 2011, p.81)

Um aspecto relevante é a descida progressiva da mortalidade infantil, a mais baixa dos países do núcleo central da África Mediterrânica (Figura 20).

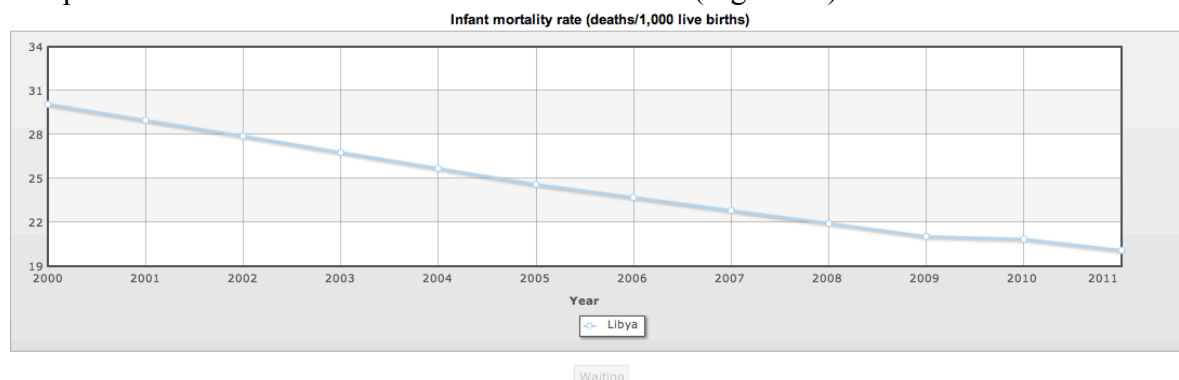


Figura 20: Taxa de mortalidade infantil – Líbia (2000-2011) (Indexmundi, 2011)

A taxa de literacia é elevada (82,6%) e superior à da Argélia (69,9%), da Tunísia (74,3%) e do Egipto (71,4%).

⁹¹ Os mais conhecidos são os que se encontram sob os Oásis de Al Kufrah, a SE da Cirenaica e de Sabha, a SW.

⁹² Cresceu 10 anos entre 1960 e 1985, segundo estimativas da ONU.

A população⁹³, uma mistura de berberes e árabes (97%)⁹⁴, está na sua maioria concentrada junto à costa mediterrânica (Figura 21).

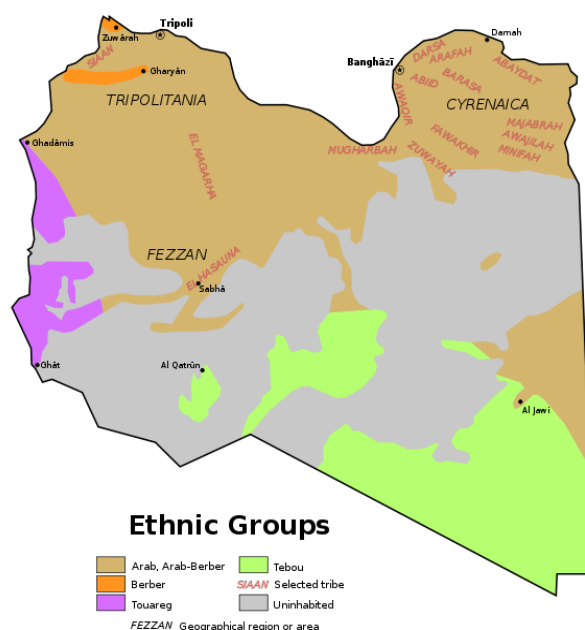


Figura 21: Distribuição étnica (China.org.cn, 2011)

Existem cerca de 140 tribos. Destas, destacamos as mais importantes: “*Ghadhafa* (clã a que pertencia Khadafi, que exerceu diversos cargos de alto nível no governo e ocupou posições-chave na estrutura da força aérea líbia), *Magharfa* e *Warfella* (acusada de apoiar a tentativa de golpe de estado de outubro de 1993 e à qual, tradicionalmente, pertencia grande parte do pessoal de segurança de Khadafi). Para além destas, existem ainda outras tribos, como sejam as tribos *Barassa* e *Ubaydah*, implicadas na resistência no leste do país” (Correia et al., 2012, p.7).

A Líbia é um receptor de emigrantes devido à sua indústria petrolífera (entre 2006 e 2008 foi o país que exportou mais dinheiro do Norte de África) (IOM, 2010, p.136). A língua oficial na Líbia é o Árabe⁹⁵, sendo o italiano e o inglês largamente utilizados.

Realidade Económica

Os EUA importam apenas 5% do petróleo produzido pela Líbia. Para Portugal, a Líbia representava, em 2007, 14,6% das importações nacionais de petróleo bruto (LEAL, 2011a: 199 CD). A baixa dos preços em 2009 fez reduzir as receitas e teve impacto no crescimento económico líbio. Segundo dados da OPEC, o conflito na Líbia fez baixar a produção em cerca de 1 Mb/d na região (OPEC, 2011, p.127) – Figura 22.

⁹³ Cerca de 65% vive em Tripolitana, 30% na Cirenaica e 5% em Fezzan.

⁹⁴ Os restantes 3% dos grupos étnicos (Figura 4) são constituídos por Gregos, Malteses, Italianos, Paquistaneses, Turcos, Indianos, Tebu, Berberes e Tunisinos, entre outros. Cerca de 10.000 nómadas Tuareg vivem no deserto a sudoeste. Os Berberes foram em tempos o grupo dominante no Norte de África. Árabes e Berberes, vivem em paz, mas ocasionalmente ocorrem conflitos entre ambos.

⁹⁵ Os dialectos do Árabe falados em Tripolitana e Fezzan são comuns aos do Magrebe, ao passo que os da Cirenaica se aproximam dos do Egipto e do Médio Oriente.

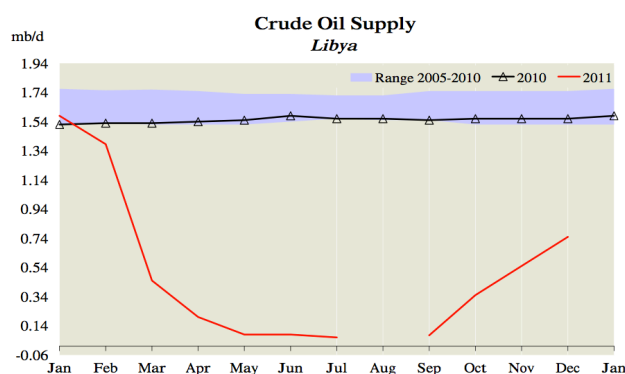


Figura 22: Produção de petróleo na Líbia, 2005-2010 e 2011 (IEA, 2012)

Em 2010, o PIB da Líbia era um dos mais elevados (Factbook, 2012a) no continente africano (USD 90.57 biliões), mas a distribuição da riqueza não abrangia as classes mais baixas da sociedade.

Estima-se que as reservas de gás natural atinjam 54 triliões de pés cúbicos, mas estas podem ser significativamente maiores, dado que o território líbio está ainda sub-explorado. Em 2010, as autoridades líbias estariam também a negociar acordos de gasodutos com Estados vizinhos do Norte de África, com vista ao acesso aos mercados europeus.

A Política externa, Forças Armadas e proliferação de armamento

A política externa da Líbia desde a década de 1990 caracteriza-se por uma mudança no envolvimento com outros Estados árabes para se centrar de modo mais acentuado em África. As relações exteriores assentaram na personalidade do ditador, sendo por isso, imprevisíveis e caracterizadas por relações estreitas com atores não-estatais e movimentos de oposição em Estados vizinhos. Nos últimos anos, Khadafi manteve publicamente a sua oposição ao envolvimento árabe com Israel e criticou a Iniciativa de Paz Árabe, defendida pela Liga Árabe, argumentando que esta não abarcava as opiniões de todos os árabes e seria prejudicial aos interesses dos palestinianos.

A formação e liderança das forças militares líbias são fracas e a falta de armas combinadas e o planeamento conjunto são factores que limitam a sua eficácia global. O governo de Khadafi sempre deu maior prioridade à aquisição de armamento e equipamentos do que ao treino e à criação de infra-estruturas militares, tendo adquirido, até às sanções internacionais, uma ingovernável gama de equipamentos soviéticos, americanos e também da Europa ocidental.

Tabela 9 – Efectivos militares líbios - 2010 (Blanchard, 2011c, p.23)

Table 2. Libyan Military Personnel	
Service	Personnel
Army (~ half conscript)	50,000
Air Force	18,000
Navy	8,000
Revolutionary Guard Corps	3,000
Reserve People's Militia	40,000
Total	119,000

Apesar da adesão da Líbia ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), o líder líbio fez vários esforços para conseguir a arma nuclear e fez várias declarações públicas em

que afirmou que os Estados árabes deveriam desenvolver a sua própria capacidade nuclear, em resposta a Israel. Khadafi terá usado armas químicas em 1986 e 1987 contra o vizinho Chade e durante o final de da década de 1980 e início da de 1990, o governo líbio desenvolveu a capacidade de produção destas armas. Em 1999, as autoridades líbias propuseram aos EUA o desmantelamento do programa de armas químicas em troca de uma redução das sanções, o que veio a ocorrer em 2004 após a assinatura do acordo de Lockerbie e abandono dos programas de ADM.

Influência Islâmica. Actores violentos

A religião dominante é o Islão Sunita (97%). Apesar de o Islão ter tido um papel relevante na implementação das suas reformas sociais e políticas, Khadafi atacou, no final dos anos 70, o sistema religioso e diversos aspectos do Islão por acreditar que cada muçulmano tem a capacidade de ler e interpretar o Alcorão. Também entendia que a *sharia*⁹⁶ deveria permanecer excluída da actividade política.

O Islão visa, em termos políticos, “a sua promoção através de um movimento político, o qual apresenta uma *agenda muçulmana* que tem como finalidade influenciar as leis e as políticas do governo, através do processo eleitoral democrático e das instituições representativas” (Leal, 2011a, p.222). Este fenómeno não é diferente na Líbia.

No entanto, a nova Líbia está em mudança. A constituição provisória do CNT, estabelece que “a Líbia é um Estado independente e democrático em que as pessoas são a fonte da autoridade.... O Islão é a religião do Estado e a principal fonte da legislação é a jurisprudência Islâmica (*sharia*)O Estado garante aos não muçulmanos a liberdade de praticar direitos religiosos...”; após a libertação da Líbia, a declaração do presidente do CNT, deu ênfase ao carácter islâmico da população e ao uso da lei religiosa como base do direito; em fevereiro, Jalil referiu que os islâmicos moderados acabariam por surgir como força dominante na Líbia, mas que os extremistas continuariam a ser marginalizados; à retoma económica face aos danos nas infra-estruturas petrolíferas; e ao descongelamento de bens líbios.

Existem outros partidos de cariz Islâmico, destacando-se de entre estes, os grupos salafistas. Embora mais organizados e ativos que os restantes, não deverão segundo Blanchard , “ter um papel político como no Egito, mas com influência no leste da Líbia, onde as tendências conservadoras são mais fortes, é conhecida a presença de combatentes com experiência no Afeganistão e no Iraque” (Blanchard, 2012b, p.20).

O *Libyan Islamic Fighting Group* (LIFG), movimento violento islâmico que se opôs ao regime de Khadafi e que terá participado no planeamento dos atentados suicidas em Casablanca, em maio de 2003, possui ligações à Al Qaeda desde 2007. Recentemente, o grupo anunciou a sua reorganização, com a criação do *Libyan Islamic Movement for Change* (LIMC). O seu líder, o actual comandante do *Tripoli Military Council*, Abdelhakim Belhaj é visto como aspirante a uma carreira política.

Segundo Blanchard (Idem, p.21), existem relatórios que sugerem que elementos da *Al Qaeda in the Islamic Maghreb* (AQIM) obtiveram armas oriundas dos arsenais militares líbios saqueados, incluindo mísseis terra-ar⁹⁷.

Existem também indícios de ligações entre o LIFG e a AQIM.

⁹⁶ Sistema legal islâmico inspirado nas tradições árabes e nos primeiros estudiosos do Islão.

⁹⁷ Os governos da Argélia, Mali, Chade expressam a preocupação sobre o potencial de instabilidade na Líbia que pode enfraquecer a segurança ao longo das fronteiras, o que poderia permitir que agentes da AQIM e outras redes criminosas se movimentassem mais livremente.

Actores Árabes

Apesar de estabelecer relações cordiais com muitos líderes Árabes, Khadafi boicotava repetidamente as cimeiras e sublinhava a sua falta de fé na capacidade da Liga Árabe em fazer a diferença. O apoio desta organização teve um papel determinante na intervenção internacional na Líbia em 2011: houve Estados Árabes como o Qatar e os Emirados Árabes Unidos (EAU), que tiveram um papel importante na campanha militar que depôs Khadafi. A União do Magrebe Árabe⁹⁸ (UMA) comprovou ser uma organização ineficaz devido à tensão resultante da procura de hegemonia regional entre Marrocos e Argélia. Dada a falta de eficácia da UMA até à data, esta organização não deverá vir a ter sucesso no reforço de integração regional no futuro.

Organização do Tratado do Atlântico Norte. Organização das Nações Unidas

A intervenção⁹⁹ da Aliança foi uma operação sem precedentes, e também “a primeira grande operação militar após o início da crise financeira global” (Rasmussen, 2011). Na noite de 18 para 19 de março, foram lançados os primeiros mísseis de cruzeiro contra defesas aéreas da Líbia, abrindo um corredor para a campanha aérea que se seguiu. A 31 de março a OTAN assume a liderança com a operação *Unified Protector*. A missão inicial destinada à protecção das populações, imposição de um embargo ao fluxo de armas e manutenção de uma zona de exclusão aérea, acabou por se transformar numa campanha aérea para destruição das capacidades militares do regime líbio. A Aliança, nunca formalizou a alteração do regime como objectivo estratégico.

A operação envolveu treze países europeus¹⁰⁰, os EUA, o Canadá e três países árabes¹⁰¹. Desta operação, ficou de novo demonstrada a liderança dos EUA no seio da Aliança e comprovada a necessidade de incremento dos investimentos europeus na defesa;

A OTAN e a coligação concluíram oficialmente o seu envolvimento nas operações de combate na Líbia em 31 de outubro de 2011. No entanto, este contributo poderá estender-se para além das operações de combate. A OTAN não assumiu papel algum de liderança no apoio externo à transição devido ao seu carácter primariamente político e económico. No entanto, como refere o MGen Martins Branco, a “*experiência na área da segurança é única*” (Branco, 2012), e poderia ocorrer “*em complementaridade ao papel que a EU e outras organizações internacionais poderão desempenhar*” e desde que solicitadas pelas autoridades líbias. Trata-se de:

- *Individual Partnership Cooperation Programmes* (IPCP) no âmbito da segurança, para reorganização das Forças Armadas, dos serviços de segurança e das estruturas de informações.
- Mentoria ao futuro Ministério da Defesa e Estado-Maior Conjunto.
- “*A oferta de acesso ao Diálogo para o Mediterrâneo*” (Branco, 2012).

A UNSMIL¹⁰² tem as suas actividades centradas na assessoria eleitoral, no sector da justiça¹⁰³ e nas avaliações para a segurança pública e para as necessidades económicas.

⁹⁸ *Arab Maghreb Union* (AMU). Tradução do autor.

⁹⁹ Para implementação da RCSNU N.º 1973, formou-se uma coligação internacional, liderada pelos EUA (Operação *Odyssey Dawn*), tendo ainda contributos militares significativos da França (Operação *Harmattan*), do RU (Operação *Ellamy*), do Canadá (Operação *Mobile*).

¹⁰⁰ RU, França, Bélgica, Dinamarca, Noruega, Holanda, Espanha, Itália, Grécia, Turquia, Bulgária, Roménia e Suécia (membro da UE mas não da OTAN).

¹⁰¹ Jordânia, Qatar e os EAU.

¹⁰² As RCSNU N.º 2009, N.º 2017, N.º 2022 e N.º 2040 fornecem o quadro para a assistência internacional para a transição da Líbia e sanções contra funcionários e entidades da era Khadafi. Em 12 de março de 2012, o CSNU prorrogou o mandato da UNSMIL por um ano. As resoluções também fixam condições para a venda de armas e formação ao governo líbio e regulam o descongelamento parcial de bens líbios.

A UNSMIL apoia o governo provisório na preparação das eleições de 23 de Junho para o CNG, que serão o marco fundamental da passagem da revolução à institucionalização. Desde 02 de dezembro de 2011, o CSNU atribuiu também à UNSMIL a missão de “...apoiar os esforços nacionais para abordagem das ameaças da proliferação de armas...”.

Alguns problemas regionais

Para além do referido, Marrocos e Argélia continuam a rivalizar pelo estatuto de líder regional, sendo que a disputa é jogada no conflito do Saara ocidental, não havendo indícios que a mesma resulte num conflito armado, já que ambos têm demasiado a perder (IHS, 2011).

A água é um problema para a região, havendo receios de que a diminuição do seu abastecimento possa gerar conflitos nos próximos anos. O Egipto é particularmente vulnerável a este respeito já que é o maior consumidor de água do Nilo (IHS, 2011).

¹⁰³ *Transitional justice consultation.*